

**Universidade de Brasília**

**Faculdade de Direito**

**Rodolfo Fontenele Belchior Cabral**

**Meios de prova utilizados para a Desconsideração da Personalidade Jurídica no âmbito  
do Direito Civil/Empresarial**

**Brasília**

**2015**

**Rodolfo Fontenele Belchior Cabral**

**Meios de prova utilizados para a Desconsideração da Personalidade Jurídica no âmbito  
do Direito Civil/Empresarial**

Monografia apresentada como requisito  
parcial para obtenção do título de Bacharel  
em Direito pela Universidade de Brasília —  
UnB.

Orientador: Henrique Araújo Costa

**Brasília**

**2015**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: CABRAL, Rodolfo Fontenele Belchior.

Título: Meios de prova utilizados para a Desconsideração da Personalidade Jurídica no âmbito do Direito Civil/Empresarial.

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília – UnB.

Data da defesa: 11.02.2015

Resultado: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Henrique Araújo Costa (orientador)

---

Professor Ademar Cypriano Barbosa

---

Professor Lucas Soares Baumfeld

---

Professor Pedro Felipe de Oliveira Santos

A meus pais, por tudo que  
consegui.

## Resumo

A presente monografia inicialmente cuida de esclarecer sobre o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, sobretudo no tocante a seu conceito, seus pressupostos e seus efeitos. Constatada a importância de seu uso adequado pelos tribunais pátrios, especialmente para o ramo econômico, não se pode conceber uma admissão generalizada — na realidade, desastrosa — do instituto, o que demonstra que se trata de medida excepcional. Nesse cenário, este trabalho buscou detectar as modalidades de meios de prova preponderantes nos julgamentos dos tribunais estaduais brasileiros referentes à decretação da Desconsideração da Personalidade Jurídica no âmbito do Direito Civil/Empresarial, como modo de avaliar as provas que se valem os tribunais para efetuarem a medida pontual. Para alcançar o referido objetivo, o ensaio proposto embasou-se em uma pesquisa jurídica fundada na observação da confecção dos precedentes judiciais constantes dos sítios eletrônicos dos tribunais estaduais por intermédio de um criterioso processo de escolha e divisão dos julgados. O presente ensaio propõe-se, portanto, a analisar os dados obtidos pela aludida pesquisa, de modo que, orientado por lei e doutrina, principalmente em relação ao tema da desconsideração da personalidade jurídica e ao tema dos meios de prova, possa-se aferir uma base sólida para os resultados encontrados, possibilitando que haja, de fato, uma análise crítica das provas utilizadas pelos tribunais para se decretar a medida excepcional.

Palavras-chave: Desconsideração da personalidade jurídica; meios de prova; Direito Civil; Direito Empresarial.

## Abstract

The present monograph initially takes care to clarify about the institute of the disregard doctrine, particularly on its concept, its assumptions and its effects. Given the importance of its appropriate use by the patriotic courts, especially for the economic sector, it can not be conceived a general admission — in fact disastrous — of the institute, which demonstrates that this is a unusual measure. In this scenario, this study aimed to detect the modalities of means of proof preponderant in the judgements of the Brazilian state courts concerning the adjudication of the disregard doctrine in the Private / Business Law, as a way to assess the evidence that the courts use in order to make the exceptional measure. In pursuit of this objective, the proposed assay relied on a legal research based on observation of the preparation of the judicial precedents constant of the state courts' websites through a careful process of selection and division of the courts. This essay proposes, therefore, to analyze the data obtained by the aforesaid research, so that, guided by law and doctrine, especially regarding the topic of disregard doctrine and the topic of the means of proof, can be gauged a solid foundation for the results, enabling, in fact, a critical analysis of the evidence used by the courts to enact the exceptional measure.

Key words: Disregard doctrine; means of proof; Private Law; Business Law

## Sumário

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>8</b>  |
| <b>2 DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....</b>                      | <b>9</b>  |
| 2.1 Relevância da distinção patrimonial entre empresa e sócio.....           | 9         |
| 2.2 Crise na utilização do princípio da autonomia patrimonial.....           | 12        |
| 2.3 Teoria clássica/subjetiva/unitarista.....                                | 14        |
| 2.4 Teoria dos centros de imputação.....                                     | 16        |
| 2.5 Recepção legislativa atual da <i>disregard</i> no Brasil.....            | 17        |
| <b>3 COMENTÁRIOS SOBRE OS MEIOS DE PROVA NO PROCESSO JUDICIAL CIVIL.....</b> | <b>20</b> |
| 3.1 Presunção como “técnica de comprovação”.....                             | 23        |
| <b>4. RELAÇÃO ENTRE A DISREGARD DOCTRINE E OS MEIOS DE PROVA.....</b>        | <b>24</b> |
| 4.1 Necessidade do estudo dos meios de prova utilizados.....                 | 24        |
| 4.2 Efeitos da escolha do meio de prova.....                                 | 25        |
| <b>5. ANÁLISE DESCRITIVA DA PESQUISA .....</b>                               | <b>26</b> |
| 5.1 Metodologia da Pesquisa.....   | 26        |
| 5.2 Resultados da pesquisa.....  | 27        |
| <b>6. ANÁLISE CRÍTICA DA PESQUISA.....</b>                                   | <b>34</b> |
| 6.1 Julgados referentes a Teoria Maior Objetiva.....                         | 35        |
| 6.2 Julgados referentes a Teoria Maior Subjetiva.....                        | 37        |
| <b>7 CONCLUSÃO.....</b>  | <b>46</b> |
| Referências.....   | 48        |



## 1 INTRODUÇÃO

A desconsideração da personalidade jurídica é um instituto do direito comercial de origem anglo-saxã, incorporado ao direito brasileiro em diversos dispositivos legais, dos quais se destacam o art. 28 do Código de Defesa do Consumidor<sup>1</sup> e o art. 50 do Código Civil de 2002<sup>2</sup>. Apesar de divergências doutrinárias e variações no direito comparado, seu propósito no ordenamento jurídico brasileiro é, grosso modo, a tutela dos interesses dos credores de uma pessoa jurídica, em determinadas situações excepcionais, nas quais a autonomia patrimonial advinda da personificação revela-se obstáculo à satisfação desses interesses (uma problematização maior do tema será trabalhada mais à frente deste trabalho).

A desconsideração condiciona-se à presença de determinados requisitos, que variam a depender do ramo do direito regente da situação. Assim, conforme a boa técnica processual, é necessária prova da ocorrência desses requisitos para que possa o juiz autorizar a desconsideração. E é tendo em vista essa problemática que se desenvolveu a presente pesquisa.

O objetivo do presente trabalho é identificar quais os meios de prova utilizados pelos Tribunais para autorizar a desconsideração da personalidade jurídica na área de Direito Civil/Empresarial. Corolário desse mapeamento é sistematizar quais as situações que, conforme precedentes considerados atuais, satisfazem os requisitos para a desconsideração.

Isso é particularmente relevante quando se considera as críticas efetuadas pela doutrina à atuação do Poder Judiciário no tema, notadamente com relação às questões do mero inadimplemento das obrigações e da dissolução irregular, rechaçadas enquanto autorizadoras da desconsideração, no âmbito do Direito Civil/Empresarial, tanto por estudiosos do tema<sup>3</sup> quanto por certa parcela de magistrados<sup>4</sup>. “Malgrado a excepcionalidade

---

<sup>1</sup> Art. 28. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

<sup>2</sup> Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

<sup>3</sup> “Essa aplicação incorreta reflete, na verdade, a crise do princípio da autonomia patrimonial, quando referente a sociedades empresárias. Nela, adota-se o pressuposto de que o simples desatendimento de crédito titularizado perante uma sociedade, em razão da insolvabilidade ou falência desta, seria suficiente para a imputação de responsabilidade aos sócios ou acionistas.” (COELHO, 2012, p. 69).

<sup>4</sup> AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR.

da desconsideração, ela tem sido utilizada de forma desgovernada pelos magistrados brasileiros, que estão tornando regra, uma medida tipicamente excepcional” (CEOLIN, 2002, p. 56).

Para o regular desenvolvimento do trabalho, cumpre definir com maior clareza, tendo em vista estritamente os objetivos do presente trabalho (o que o leva a deixar de tratar de várias nuances do tema que não sejam fundamentais para o entendimento de seu objeto), o que se entende por “meios de prova” e por “desconsideração da personalidade jurídica” no âmbito do Direito Civil (tudo atrelado ao que se convencionou chamar de “teoria maior da desconsideração”<sup>5</sup>).

Superada essa etapa, passar-se-á a analisar, de modo descritivo e crítico, os resultados da pesquisa efetuada, que consistiu no levantamento de casos julgados pelos Tribunais de Justiça do país no período compreendido entre 1º de agosto de 2012 e 31 de julho de 2013.

A opção pelos Tribunais de Justiça deveu-se ao fato de serem eles os responsáveis pela formação da jurisprudência do direito comum nos estados, além do acesso a suas decisões (ao menos as mais recentes) por meio de busca na *internet*.

## **2. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA**

### **2.1 Relevância da distinção patrimonial entre empresa e sócio**

O fenômeno do comércio caracteriza-se por atividades econômicas organizadas para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, de modo profissional, com a finalidade de obtenção de lucro.

---

CONFORMIDADE DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM PRECEDENTES DO STJ. 1. "A mera demonstração de insolvência da pessoa jurídica ou de dissolução irregular da empresa sem a devida baixa na junta comercial, por si sós, não ensejam a desconsideração da personalidade jurídica" (AgRg no REsp 1173067/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/06/2012, DJe 19/06/2012). [...]3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 478.914/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 29/04/2014)

<sup>5</sup> É importante destacar que o próprio formulador da distinção entre a teoria maior e a menor hoje a rejeita: “Em 1999, quando era significativa a quantidade de decisões judiciais desvirtuando a teoria da desconsideração, cheguei a chamar sua aplicação incorreta de ‘teoria menor’, reservando à correta a expressão ‘teoria maior’. Mas a evolução do tema na jurisprudência brasileira não permite mais falar-se em duas teorias distintas, razão pela qual esses conceitos de ‘maior’ e ‘menor’ mostram-se, agora, felizmente, ultrapassados” (COELHO, 2012, p. 70). Não obstante, o fato de tais denominações ainda serem de uso corrente nas discussões brasileiras sobre o tema, bem como a adequação da “teoria menor” ao direito das relações de consumo, como será demonstrado mais à frente, justifica a manutenção desses termos no artigo.

Ora, é notório que tal fenômeno apresenta riscos na medida que a sua finalidade precípua, qual seja, o lucro, não é algo certo. Ao revés, diversas condições, sejam estruturais (leia-se conjunturas consolidadas ou esperadas, como baixo poder aquisitivo da sociedade) ou circunstanciais (leia-se conjunturas repentinas ou inesperadas, como desastres naturais que afetam o estabelecimento comercial), irão influir significativamente no sucesso empresarial. RUBENS REQUIÃO (1998, p. 73), de modo conciso, adverte:

Dois elementos fundamentais — destacam geralmente os autores — servem para caracterizar a figura do empresário: a *iniciativa* e o *risco*. O poder de iniciativa pertence-lhe exclusivamente: cabe-lhe, com efeito, determinar o destino da empresa e o ritmo de sua atividade. Mas já se acentua em alguns países, como na França e na Alemanha, a redução desse poder de iniciativa do empresário comercial, impondo-se-lhe, através da lei, a divisão desse poder de iniciativa, concedendo-se participação na direção da empresa a representantes dos empregados. Contudo, isso é verdade para determinadas empresas.

O empresário pode valer-se, e normalmente se vale, da atuação e colaboração de outrem, mas a ele cabe a decisão, a ele compete, no caso de diversidade de perspectiva, escolher o caminho que lhe pareça mais conveniente. Compensando o poder de iniciativa, os riscos são todos do empresário comercial: goza ele das vantagens do êxito e amarga as desventuras do insucesso e da ruína.

Pela existência desses riscos que, por conseguinte, complicam a iniciativa de investidores, é interessante que haja mecanismos para incentivar os indivíduos a se lançarem às atividades empresariais.

Nesse cenário, exsurge um mecanismo importante para tanto: a ficção jurídica de personalidade jurídica, outorgada pela legislação, ao empresário<sup>6</sup>. Antes de chegar ao efeito essencial da personalização do empresário, faz-se imprescindível indicar que o termo

---

<sup>6</sup> Não se pode negar a existência de várias teorias sobre o assunto da pessoa jurídica (teoria ficcionista, realista e institucionalista, por exemplo), porém não haverá maiores menções sobre o tema uma vez que o que importa, para este momento, consiste muito mais nos efeitos da personalização do que propriamente na sua natureza. Contudo, visando não deixar um vazio sobre o tema, sugere-se o resumido esclarecimento de PEDRO HENRIQUE RORRES BIANQUI (2011, p. 47): “Mas de todas as teorias comumente tratadas ao longo do tempo sobre o intrigado tema da pessoa jurídica, a mais aceita é a *teoria da realidade técnica jurídica*, segundo a qual a pessoa jurídica é uma criação legal: um instrumento técnico criado pelas legislações. Dentro desse sistema ela vive um intenso dinamismo envolvido por certas funções e atividades”.

empresário, no contexto desse trabalho, significa a própria sociedade empresária, constituída justamente pela personalidade jurídica outorgada<sup>7</sup>.

A atribuição de personalidade, fenômeno que cria legalmente a sociedade empresária, acarreta vários efeitos dentre os quais se destaca, sobretudo para os propósitos deste ensaio, a separação patrimonial entre o sócio/investidor e a pessoa jurídica. Trata-se, em verdade, de um princípio basilar do Direito Empresarial — o princípio da autonomia patrimonial ou separação patrimonial —, o qual preconiza que o patrimônio da pessoa jurídica, incluindo-se titularidade de obrigações, não se confunde com o do sócio.

Na linha do que afirma FÁBIO ULHOA (2011, p. 32), “Em outros termos, na medida em que a lei estabelece a separação entre a pessoa jurídica e os membros que a compõem, consagrando o princípio da autonomia patrimonial, os sócios não podem ser considerados os titulares dos direitos ou os devedores das prestações relacionados ao exercício da atividade econômica, explorada em conjunto”.

Deflui-se, deste princípio, que o patrimônio do sócio não será afetado por eventuais dívidas da sociedade empresária e vice-versa. Assim, como há o resguardo do patrimônio pessoal dos investidores ante os eventuais dissabores comerciais, a iniciativa das pessoas a constituírem sociedades empresárias é consequentemente fomentada<sup>8</sup>. LEONARDO TOLEDO DA SILVA (2014, p.187-188) aprofunda no tema ao enumerar três consequências positivas da limitação da responsabilidade do sócio:

O primeiro deles liga-se ao fomento à livre iniciativa, na medida em que limita os riscos do empresário pelo insucesso do empreendimento. Este primeiro argumento, explica a doutrina, surgiu no contexto da sociedade e do pensamento mercantilistas, que necessitavam “criar um Estado capaz de proteger os interesses dos comerciantes e de romper barreiras que se

---

<sup>7</sup> Segue-se a linha defendida por FÁBIO ULHOA (2011, p. 23): “Sociedade empresária é a pessoa jurídica que explora uma empresa. Atente-se que o adjetivo “empresária” conota ser a própria sociedade (e não os seus sócios) a titular da atividade econômica. Não se trata, com efeito, de sociedade *empresarial*, correspondente à sociedade *de empresários*, mas da identificação da pessoa jurídica como o agente econômico organizador da empresa. Essa sutileza terminológica, na verdade, justifica-se para o direito societário, em razão do princípio da autonomia da pessoa jurídica, o seu mais importante fundamento. Empresário, para todos os efeitos de direito, é a sociedade, e não os seus sócios. É incorreto considerar os integrantes da sociedade empresária como os titulares da empresa, porque essa qualidade é da pessoa jurídica, e não dos seus membros”.

<sup>8</sup> FÁBIO ULHOA assevera (2011, p. 34): “A partir da afirmação do postulado jurídico de que o patrimônio dos sócios *não* responde por dívidas da sociedade, motivam--se investidores e empreendedores a aplicar dinheiro em atividades econômicas de maior envergadura e risco. Se não existisse o princípio da separação patrimonial, os insucessos na exploração da empresa poderiam significar a perda de todos os bens particulares dos sócios, amealhados ao longo do trabalho de uma vida ou mesmo de gerações, e, nesse quadro, menos pessoas se sentiriam estimuladas a desenvolver novas atividades empresariais”.

opussem à expansão do comércio. Um segundo argumento, exposto pelas escolas econômicas de pensamento, afirma que, além da função de limitação de riscos, à limitação da responsabilidade ‘seria imposta a tarefa de promover a entrada de operadores nos mercados como forma de conduzi-los ao regime de concorrência perfeita’. Seria, assim, a função concorrencial da limitação de responsabilidade. Um terceiro argumento, apresentado pelos economistas neoclássicos, sobretudo a partir do trabalho de R. Coase, sustenta que a limitação de responsabilidade é uma solução eficiente, na medida em que reduz custos de transação.

Tem-se, portanto, que o princípio da autonomia patrimonial, analisado sob uma perspectiva macrodinâmica, consiste em um alicerce do potencial econômico de um estado, auxiliando na formação de um mercado concorrencial, o que revela a magnitude de sua importância.

## **2.2 Crise na utilização do princípio da autonomia patrimonial e consequente necessidade de se desconsiderar a personalidade jurídica**

As formulações teóricas são essenciais para o entendimento e evolução das matérias. Porém, é necessário, seja em qual área se propõe o estudo, a atenção ao que ocorre na prática a fim de se evitar distorções e ineficácias quanto às formulações teóricas.

No âmbito do princípio da autonomia patrimonial, o seu estudo mostra-se coerente quando se avalia uma sociedade empresária voltada para a persecução do lucro através de atividade econômica, de modo profissional, organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, conforme prevê o art. 966 do Código Civil<sup>9</sup>. Em rigor, o citado princípio oferece uma garantia àquele que exerce uma atividade empresarial legítima, isto é, nos termos literais e finalísticos da lei.

No entanto, a realidade, muitas vezes, não pode ser enquadrada totalmente pelos atos normativos. O princípio da separação patrimonial, na verdade, pode dar margem para a utilização indevida da pessoa jurídica pelos investidores<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

<sup>10</sup> JOSÉ LAMARTINE CORRÊA DE OLIVEIRA alerta sobre a não esperada função da pessoa jurídica (1979, p. 608): “A pessoa jurídica é uma realidade que tem funções – função de tornar possível a soma de esforços e

Porquanto sente o seu patrimônio pessoal protegido, o sócio pode se valer do patrimônio social da pessoa jurídica não para exercer a atividade profissional desta (prevista em seu contrato social ou estatuto), mas para conseguir outros objetivos alheios ao direcionamento regular do empresário.

FÁBIO KONDER e CALIXTO SALOMÃO (2014, p. 309) assinalam que a pessoa jurídica é criada para o desempenho de funções determinadas, gerais e especiais, sendo que eventual desvio de função, resultante sem dúvida, nos mais das vezes, de abuso ou fraude, acaba tornando inútil ou ineficaz a organização societária.

Os investidores mal intencionados perceberam que constituir ente personificado pode ser um instrumento que lhes permita esquivarem-se da incidência de norma legal ou cláusula contratual, que, de algum modo, lhes seja desfavorável. Como exemplo emblemático, indica-se passagem da obra de ANA CAROLINE SANTOS CEOLIN (2002, p. 25):

Tome-se como paradigma o caso concreto julgado pelos tribunais norte-americanos e analisado por SERICK, em que três indivíduos venderam seus negócios a um terceiro e ‘assumiram com este uma obrigação de não-concorrência, consistente em não atuar em negócios similares em determinado âmbito territorial’.

Para burlarem a cláusula contratual de não-concorrência que lhes fora dirigida, os alienantes constituíram uma sociedade. Apoiados nesse novo sujeito de direitos, eles abriram um estabelecimento comercial nas imediações do terceiro adquirente e passaram a exercer a atividade comercial que lhes fora vedada contratualmente. Posteriormente, alegaram a separação de identidade entre eles e a pessoa jurídica para se furtarem das sanções cabíveis.

Nesse caso, percebe-se que a constituição da pessoa jurídica não teve outra razão de ser senão a de violar o contrato. Os alienantes criaram uma nova sociedade não com o propósito de unir esforços e patrimônios, mas com a clara intenção de violar o contrato e de prejudicar terceiro.

---

recursos econômicos para a realização de atividades produtivas impossíveis com os meios isolados de um ser humano; função de limitação de riscos empresariais; função de agrupamento entre homens para fins religiosos, políticos educacionais; função de vinculação de determinados bens ao serviço de determinadas finalidades socialmente relevantes. À medida, porém, que as estruturas sociais e econômicas evoluem, tipos legais previstos para determinadas funções vão sendo utilizados para outras — não previstas pelo legislador — funções. Se tais funções novas entram em contraste com os valores reitores da ordem jurídica, há uma crise da função do instituto”.

A constatação de utilização indevida do empresário levou a legislação pátria a não atribuir o *status* de absoluto à garantia supramencionada. Em verdade, caso houvesse a manutenção da separação patrimonial nas hipóteses de desvio das funções empresariais pelo(s) sócio(s), ocorreria uma espécie de ratificação da respectiva conduta<sup>11</sup>.

A fim de coibir tal irregularidade, destaca-se, como medida prevista no ordenamento jurídico brasileiro, a desconsideração da personalidade jurídica, a seguir melhor trabalhada.

### 2.3 Teoria clássica/subjetiva

No contexto da autonomia patrimonial das sociedades empresariais, a *disregard doctrine* (desconsideração da personalidade jurídica) surge como instrumento destinado a coibir a prática de fraudes que restariam amparadas pelo ordenamento jurídico.

O primeiro grande estudioso do tema foi Rolf Serick. O autor defende que há o “esquema regra-exceção”, o qual indica que a limitação da responsabilidade somente ao patrimônio social do empresário é regra e a aplicação da desconsideração é a exceção, justificando, portanto, a importância socioeconômica da manutenção da personalidade jurídica (SILVA, 2014, p. 34).

Em outros termos, a desconsideração da personalidade jurídica não deve ser entendida como uma flexibilização do instituto da separação patrimonial. Ao contrário, um dos maiores propósitos da teoria é fortalecer a personificação e a limitação da responsabilidade dos sócios, na medida em que permite a coexistência dessa forma de organização da atividade empresarial e da necessária vedação a abusos de direitos e fraudes.

Justamente por isso, a desconsideração é medida pontual, que se opera apenas diante de caso concreto no qual restam provadas as condições para sua aplicação. Sendo assim, a teoria não implica a invalidação do ato constitutivo da sociedade, tampouco sua extinção. O que ocorre é um temporário afastamento do princípio da autonomia patrimonial,

---

<sup>11</sup> NATHÁLIA VERNET (2012, p. 7) define bem a situação: “Assim, por vezes, a pessoa jurídica e o princípio da autonomia patrimonial são invocados para encobrir fraude, abuso de direito ou desvio da finalidade social da empresa, ou seja, fins diversos daqueles vislumbrados pelo sistema jurídico ao criar tal instituto. Com efeito, uma vez que a sociedade é a titular dos direitos e a devedora das obrigações, e não seus sócios, estes, por trás de uma aparência de legalidade, utilizam-na como meio de se furtar ao cumprimento de deveres legais ou contratuais, para seu locupletamento pessoal, em detrimento dos direitos de terceiros”.

de modo a permitir a responsabilização do(s) sócio(s) pela obrigação específica demandada em juízo. Em rigor, trata-se de uma suspensão episódica da eficácia do ato de constituição da pessoa jurídica exclusivamente para possibilitar a responsabilização do sócio, permanecendo válidos e eficazes os efeitos advindos da personalidade jurídica para todas as outras situações.

O pressuposto central da teoria subjetiva para se decretar a desconsideração é a fraude. Seu propósito é impedir o abuso da personalidade jurídica e garantir a continuidade da atividade econômica. Nesse contexto, R. SERICK explica: (*apud* SILVA, 2014, p. 37):

Se se abusa da forma da pessoa jurídica, pode o juiz, a fim de impedir que seja atingido o objetivo ilícito desejado, não respeitar tal forma, afastando assim o princípio da estrita distinção entre sócio e pessoa jurídica. Existe abuso quando, por intermédio do instrumento da pessoa jurídica, pretende-se elidir uma lei ou obrigação contratual ou causar, fraudulentamente, um dano a terceiro. Não se pode justificar a desconsideração da pessoa jurídica apelando-se a exigência da tutela da boa-fé se não haja no caso um abuso no sentido acima especificado.

Repisa-se: Rolf Serick defende que o afastamento da autonomia patrimonial da pessoa jurídica apenas ocorreria em hipóteses extremas<sup>12</sup>, nas quais fique nítida a fraude derivada de conduta intencional do administrador. Assim, não pode tal afastamento possuir diversos pressupostos, sob pena de se viabilizar uma concessão demasiada da suspensão episódica da personalidade jurídica, fato este que enfraqueceria o princípio da separação patrimonial.

Grande estudioso da obra de R. Serick, JOSÉ LAMARTINE CORRÊA DE OLIVEIRA (1979, p. 305) salienta:

SERICK critica severamente as decisões que admitiram a desconsideração da pessoa jurídica sem que estivesse provada qualquer intenção consciente de fraude pois que, a seu ver, só em casos de abuso da pessoa jurídica, entendida tal noção como abrangente do elemento

---

<sup>12</sup> Tamanha é a ênfase de R. Serick na excepcionalidade da aplicação da desconsideração que CALIXTO SALOMÃO FILHO arremata (1988, p. 82): “Levar a teoria unitária a suas últimas consequências implicaria admitir a desconsideração apenas em caso de falência da sociedade na hipótese em que, mesmo após levantados os bens, ainda assim o patrimônio não fosse suficiente ao pagamento das dívidas. Isso tudo é decorrência do fato de que para a teoria unitária fundamental é a tutela da personalidade jurídica e, por consequência, do próprio devedor. Esse desdobramento, por mais esdrúxulo e incompatível com a teoria da desconsideração que possa parecer, é consequência necessária da aplicação da teoria unitarista”.



subjetivo, é que se pode admitir o desconhecimento da autonomia da pessoa jurídica.

A pertinência dessa concepção unitarista para os desdobramentos posteriores da teoria será enfrentada no tópico seguinte.

## 2.4 Teoria dos centros de imputação

A concepção unitarista da desconsideração da personalidade jurídica, referida no tópico acima, consiste na estipulação de um esquema de regra e exceção, no qual a autonomia patrimonial da pessoa jurídica seria a regra e a desconsideração, a exceção. Diz-se unitarista, na medida em que esse esquema comportaria como exceção apenas as situações de uso abusivo e fraudulento da pessoa jurídica.

Ocorre que a evolução do tema demonstra a existência de situações nas quais emerge a necessidade da desconsideração, independentemente da ocorrência de fraude<sup>13</sup>. Assim, como forma de sistematizar tais situações, ganha interesse a teoria dos centros de imputação, formulada, na Alemanha, por Müller-Freienfels (SALOMÃO FILHO, 2006, p. 217).

Segundo essa concepção, o problema da desconsideração consiste num problema de aplicação de normas. Quando se aceita a decretação da desconsideração somente no caso de fraude, empregar-se-á uma aplicação bastante rígida da legislação societária. Por outro lado, se o legislador conceber uma situação como fundamental para o ramo empresarial (ou outro correlato ao empresarial) segundo critérios de conveniência política, por que não se aceitar a desconsideração quando há vulneração ou perigo da situação eleita?

Desse modo, o que Müller-Freienfels defende é uma aplicação da *disregard* coadunada com o que a legislação dispõe, de modo que se deve aplicar a medida excepcional como modo de se salvaguardar o que o ordenamento jurídico entende ser importante. JOSÉ

---

<sup>13</sup> LEONARDO TOLEDO DA SILVA dá um exemplo de como o pressuposto da desconsideração pode ser diferenciado a depender da hipótese (2014, p. 39): “Segundo o defensor do *antiunitarismo*, os pressupostos e regras aptos a justificar a desconsideração da personalidade jurídica de uma sociedade de pessoas nem sempre o são para uma sociedade de capitais. Ou, ainda, os pressupostos para desconsiderar a personalidade jurídica de uma associação são muitas vezes diversos daqueles necessários a desconsiderar a autonomia patrimonial de uma sociedade altamente institucionalizada, ou com capital altamente diluídos”.

LAMARTINE CORRÊA DE OLIVEIRA explica o entendimento do autor alemão (1979, p. 364):

Em conclusão, entende MÜLLER-FREIENFELS que a solução adequada de toda a problemática depende de uma análise da finalidade objetiva da norma específica, vista no quadro da ordem jurídica, econômica e social, e de seus princípios básicos. A análise deve levar em conta também a função da norma e a *opção quanto a interesses* (*Interessenentscheidung*) feita pelo legislador, tudo isso sob o ângulo da hierarquia de valores da respectiva ordem jurídica.

Isto é, o que a citada teoria sustenta é a refutação da fraude como único requisito para a desconsideração na medida que é possível que tal instituto tenha sido considerado pelo legislador adequado ao tratamento de outras situações — “A reflexão deixa de lado a análise das condutas — subjetivadas — para se concentrar na constatação da violação da ordem jurídica” (WARDE JÚNIOR, , p. 220). Desse modo, os defensores dessa teoria valem-se de uma interpretação sistemática de vários conjuntos normativos para chegar à conclusão do rompimento do véu da pessoa jurídica<sup>14</sup>.

Ao mesmo tempo que parece ser mais sedutora a tese de Müller-Freienfels, pois elide o rigorismo defendido por R. Serick, mostra-se bastante duvidoso aceitar o relativismo próprio da teoria do centros de imputação, uma vez que é necessário se apegar ao princípio da segurança jurídica, dando contornos bem delineados a uma medida marcada por sua excepcionalidade. Resta, a princípio, como melhor saída às citadas teorias, encontrar o equilíbrio entre a segurança jurídica e as peculiaridades do caso concreto (SILVA, 2014, p. 41-42).

## 2.5 Recepção legislativa atual da *disregard* no Brasil

Primeiramente, é importante ressaltar que o presente ensaio busca averiguar os meios de prova referentes à desconsideração operada no plano do Direito Civil/Empresarial,

---

<sup>14</sup> FÁBIO KONDER e CALIXTO SALOMÃO (2014, p. 392) afirmam: “Esse posicionamento permite uma visão menos rígida da desconsideração, que passa a incluir não apenas situações de fraude, mas, também, quando necessário, situações em que, à luz da importância e do objetivo da norma aplicável, é conveniente não levar em conta a personalidade jurídica. A desconsideração não é, portanto, apenas uma reação a comportamentos fraudulentos, mas também uma técnica legislativa ou uma técnica de aplicação das normas (*Regelungstechnik*) que permite dar valor diferenciado aos diversos conjuntos normativos”.

logo não será tratado da positivação do tema em outras áreas, como por exemplo, a ambiental ou consumerista.

O dispositivo normativo vigente que abriga a medida excepcional, no âmbito do Direito Civil/Empresarial, trata-se do artigo 50 do Código Civil de 2002<sup>15</sup>, o qual escolheu como pressupostos: o abuso de direito nas modalidades de desvio de finalidade e de confusão patrimonial.

Ante a possibilidade da desconsideração por meio da constatação de confusão patrimonial, observa-se que não somente se valeu o Código Civil vigente do caráter subjetivo para justificar a medida — o abuso da personalidade jurídica “em sentido estrito”, já bastante comentado neste trabalho (sobretudo no capítulo “2.1 Teoria clássica/subjetiva”), alcunhado pelo artigo supracitado de “desvio de finalidade”<sup>16</sup>.

Essa confusão, a ser aferida na escrituração contábil, na movimentação de contas, na diretoria de uma sociedade controladora que estabelece regras da sociedade controlada ou por qualquer outro modo que comprove não haver efetiva separação entre o patrimônio do sócio e o da sociedade, consistiria na situação, objetivamente verificável, que autorizaria a desconsideração<sup>17</sup>.

A adoção dessa modalidade pelo legislador demonstra, ao menos em certo grau, a aplicabilidade da teoria dos centros de imputação ao direito brasileiro. O legislador, segundo seus critérios de oportunidade e conveniência elegeu uma situação — inexistência de separação patrimonial entre o investidor e pessoa jurídica — como capaz de implicar na

---

<sup>15</sup> Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

<sup>16</sup> A expressão “desvio de finalidade” deve ser entendida verdadeiramente como um desvirtuamento ou abuso da função da pessoa jurídica (SILVA, 2014, p. 63). Assim, deve-se ter atenção, a fim de esclarecer ainda mais o assunto, à seguinte passagem da obra de CALIXTO SALOMÃO FILHO (1998, p. 91-92): “Enfim, há ainda o abuso de forma. Pode-se distinguir também entre o abuso de forma individual e o institucional. No primeiro há a utilização da personalidade jurídica com o objetivo específico de causar dano a terceiro. Nessa hipótese só ele será legitimado a pleitear a desconsideração da personalidade jurídica. Trata-se do caso clássico de desconsideração da personalidade jurídica baseada em critérios subjetivos. O segundo, ao contrário, caracteriza-se por uma utilização do privilégio da responsabilidade limitada contrária a seus objetivos e à sua função (*zweck und funktionswidrige Ausnutzung des Haftungsprivilegs*) e tem como característica diferencial o fato de implicar a possibilidade de desconsideração a favor de qualquer credor. Exatamente porque o que ocorre, como se verá mais adiante, é a desconsideração em sentido estrito (ou talvez próprio), ou seja, aquela que vai buscar seus motivos na atividade social, e não em um determinado ato”.

<sup>17</sup> SILVA (2014, p. 59) pertinentemente acrescenta: “Haveria, assim, *confusão patrimonial* sempre que o controlador agisse, no dia a dia, como se fosse proprietário dos bens da empresa, e não como titular de direito a resultados”.

desconsideração. Inegavelmente, há uma justificativa condizente com essa escolha: “em matéria empresarial, a pessoa jurídica nada mais é do que uma técnica de separação patrimonial. Se o controlador, que é o maior interessado na manutenção desse princípio, descumpre-o na prática, não se vê bem porque os juízes haveriam de respeitá-lo, transformando-o, destarte, numa regra puramente unilateral” (COMPARATO, 1983, p. 343-344 *apud* SILVA, 2014, p. 44).

Por outro lado, FÁBIO ULHOA COELHO considera a confusão patrimonial, enquanto requisito para a desconsideração, apenas uma presunção da fraude, tendente a facilitar a prova em juízo do abuso (2011, p. 64). Na verdade, de acordo com o autor, admitir a desconsideração somente por meio do desvio de finalidade seria uma tese complicada, pois comprovar esse modo de abuso requer comprovar o caráter subjetivo na conduta do sócio, o que é algo extremamente complexo em relação à prova, acabando por, muitas vezes, tornar inacessível a decretação da medida. Assim, seguindo o raciocínio, restou, ao legislador brasileiro, eleger a confusão patrimonial como pressuposto da *disregard of legal entity* como um modo de auxiliar os credores lesados a alcançar a medida. Não por outro motivo, arrematou: “Ao eleger a confusão patrimonial como o pressuposto da desconsideração, a formulação objetiva visa realmente facilitar a tutela dos interesses de credores ou terceiros lesados pelo uso fraudulento do princípio da autonomia” (2011, p. 64).

A título de exemplo, na linha de Fábio Ulhoa, note-se a passagem do voto do Desembargador Paulo Fernando Campos Salles<sup>18</sup>, a qual evidencia a facilidade em se viabilizar a desconsideração por meio da confusão patrimonial frente à dificuldade relativa à comprovação do abuso de direito em face do seu aspecto subjetivo:

Essa noção objetiva, que atinge no âmago a ideia, essencial para o conceito de pessoa jurídica, de separação de patrimônios, possibilita desconsiderar a personalidade jurídica nos casos em que ela deixa de cumprir uma de suas funções primordiais, qual seja a de traçar os limites patrimoniais que distingam aquela pessoa de outras. Com isso, torna-se prescindível o exame de aspectos ligados aos sujeitos das operações, como o da natureza fraudulenta ou não dos atos praticados. É claro, entretanto, que, nos casos concretos, os indícios ou provas de fraudes em

---

<sup>18</sup> TJSP - Agravo de Instrumento nº 9021317-04.2000.8.26.0000 . Relator(a): Paulo Fernando Campos Salles d. Data de registro: 19/12/2000.

muito contribuirão para o reconhecimento das hipóteses em que a personalidade jurídica deva ser desconsiderada.

De qualquer modo, o que importa, ao menos neste momento, é identificar os pressupostos admitidos para se providenciar a desconsideração, a fim de que sejam esclarecidos os parâmetros para se empreender a pesquisa aqui mostrada e analisada posteriormente.

Em resumo, pode-se dizer que o Código Civil adotou a Teoria Maior da *disregard doctrine* porque solicita a presença de pressupostos para a sua proclamação. Em relação ao pressuposto do desvio de finalidade, que liga-se majoritariamente a aspectos subjetivos, fala-se em Teoria Maior Subjetiva e, em relação ao pressuposto da confusão patrimonial, que liga-se a aspectos objetivos, fala-se em Teoria Maior Objetiva.

Tal denominação, em verdade, justifica-se para fazer contraponto à Teoria Menor, que possui incidência nas áreas de Direito do Consumidor<sup>19</sup> e Ambiental<sup>20</sup>, a qual define que a desconsideração deve ocorrer unicamente por causa do inadimplemento da pessoa jurídica. Como não é objetivo do presente trabalho, não haverá maiores prolongações sobre o tema.

### 3 COMENTÁRIOS SOBRE OS MEIOS DE PROVA NO PROCESSO JUDICIAL CIVIL

O processo civil brasileiro propicia, em breve síntese, um espaço no qual há a colisão de afirmações e argumentações entre as partes, saindo por vencedor aquele que consegue prevalecer a sua posição perante o magistrado.

A função estatal de julgar perpassa pela concretização de uma norma abstrata, sobretudo no sistema de *civil law*, a qual faz parte o Brasil, em que o juiz tem sua atuação

---

<sup>19</sup> Código de Defesa do Consumidor

Art. 28. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

[...]

§ 5º Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

<sup>20</sup> Lei n. 9.605/98

Art. 4º Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

marcada e delimitada pelo ordenamento jurídico<sup>21</sup>. Logo, requer-se o levantamento de uma situação fática capaz de configurar a subsunção a ser operada, em definitivo, pelo julgador. Não por outro motivo o Código de Processo Civil, em seu art. 282, inciso III, exige a indicação de fatos e fundamentos jurídicos na petição inicial<sup>22</sup>.

Em meio ao papel do magistrado, assinala LUIZ GUILHERME MARIONI e SÉRGIO CRUZ ARENHART (2004, p. 297):

Também o juiz, no processo (de conhecimento), tem por função precípua a reconstrução dos fatos a ele narrados, aplicando sobre estes a regra jurídica abstrata contemplada pelo ordenamento positivo; feito esse juízo de concreção da regra aos fatos, extrai-se a consequência aplicável ao conflito, disciplinando-o na forma como preconizado pelo legislador.

Nesse cenário, a prova possui especial relevância, ainda mais na fase de conhecimento, pois visa a demonstrar a ocorrência de uma versão de fato, isto é, tem o condão de atestar ou cientificar a veracidade de uma alegação, com o intento, em última análise, de convencer o juiz a aplicar a devida norma.

Com efeito, a prova, por seu alto poder de direcionamento da decisão do magistrado para um lado ou para o outro, acaba por ser um dos principais objetivos a ser alcançado pelas partes. Como consectário lógico e natural dessa premissa, é essencial o estudo dos meios de prova posto que consistem no modo pelo qual a prova é introduzida no campo judicial.

O ordenamento jurídico brasileiro, por intermédio do Diploma Civil (art. 212)<sup>23</sup> e Processual Civil (arts. 342 a 443)<sup>24</sup>, revela os meios de prova existentes: depoimento pessoal,

---

<sup>21</sup> Nas palavras de Henrique Araújo Costa: “É esse processo de redescrição do caso concreto, a partir das categorias do direito, que permite a aplicação das normas aos fatos mediante o processo subsuntivo que caracteriza o *civil law*” (NETO; NETO; LOPES (coord), 2013, p. 256)

<sup>22</sup> Art. 282. A petição inicial indicará:

[...]

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

<sup>23</sup> Art. 212. Salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante: I - confissão; II - documento; III - testemunha; IV - presunção; V - perícia.

<sup>24</sup> Seção II - Do Depoimento Pessoal

Art. 342. O juiz pode, de ofício, em qualquer estado do processo, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa.

Seção

IV

Da Exibição de Documento ou Coisa

Art. 355. O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa, que se ache em seu poder.

Seção VII

Da Prova Pericial

confissão, exibição de documento ou coisa, produção documental, testemunha, perícia e inspeção judicial.

Apesar de quase autoexplicativo pela própria terminologia, cada meio de prova apresenta suas peculiaridades e nuances — seja pelo modo que é concebido, pela facilidade de ser utilizado ou pelos elementos de prova que colhe —, devendo os operadores do direito solucionar a problemática da escolha do meio de prova, de forma adequada, para as diferentes modalidades de versões de fato, o que não se trata de tarefa simples.

Diante do caso concreto, deve-se empreender um raciocínio pautado pela razoabilidade com a pretensão de aferir qual o (s) meio (s) de prova pertinente (s) para a respectiva hipótese. Seguindo esse entendimento, a própria lei, em alguns casos, antecipa-se e dá alguns caminhos a serem seguidos. A título ilustrativo, verifica-se o art. 227 do Código Civil<sup>25</sup> que rechaça o uso exclusivo do meio de prova testemunhal para a resolução de lides fundadas em negócios jurídicos cujo valor ultrapasse o décuplo do maior salário mínimo vigente do país, já que tais embates judiciais, por sua enorme envergadura patrimonial, requerem provas mais consistentes do que as advindas de um depoimento testemunhal, sujeita muitas vezes à fraude.

Em verdade, para cumprir uma função útil à controvérsia judicial, o meio de prova deve proporcionar o dado necessário e suficiente para que o juiz, através de seu livre convencimento motivado, consiga proferir uma decisão nos moldes exigidos pela vigente Constituição da República<sup>26</sup>. Assim, não se pode negar a importância de sua compreensão e aplicação, sob pena de proporcionar um processo judicial que não se apoia em robusta prova — a que provoca forte convencimento —, abrindo espaço para decisões em contraste com o que realmente aconteceu no mundo fático.

---

Art. 420. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.

<sup>25</sup> Art. 227. Salvo os casos expressos, a prova exclusivamente testemunhal só se admite nos negócios jurídicos cujo valor não ultrapasse o décuplo do maior salário mínimo vigente no País ao tempo em que foram celebrados.

<sup>26</sup> Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

[...]

IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

### 3.1 Presunção como “técnica de comprovação”

A despeito de não haver maiores menções sobre o assunto na doutrina processualística brasileira, adotar-se-á a presunção, ao lado dos meios de prova citados, como “técnica de comprovação”, a qual gera a denominada prova indiciária.

É necessário fazer essa ponderação porque, consoante será averiguado no resultado da pesquisa, a presunção é recorrentemente utilizada como meio de comprovação para decretar a desconsideração da personalidade jurídica.

A presunção funda-se numa operação lógica-dedutiva na qual se busca auferir a certeza de algo incerto através de fato conhecido, já que comumente um decorre do outro, ou ambos ocorrem simultaneamente. Em rigor, a presunção traz, ao processo judicial, provas derivadas de uma avaliação de indícios, nos quais se relacionam, de algum modo, com o que se pretende conhecer<sup>27</sup>.

Obviamente, é questionável admitir a prova indiciária como suficiente a fundamentar uma decisão judicial, contudo, em certas hipóteses, nas quais há uma deficiência natural de se colher provas, sobressai-se, como medida “única” para o magistrado, apoiar-se em fatos conexos para fins de fundamentação.

Dessa maneira, caso haja uma negação do juiz em se valer de presunções em hipóteses caracterizadas por sua complexidade no campo das provas, poder-se-á desaguar no previsto por LUIZ GUILHERME MARIONI e SÉRGIO CRUZ ARENHART (2004, p. 335): “De toda sorte, vedando-se o uso da prova indiciária e também sem se recorrer às presunções legais, corre-se o risco de sempre cair na vala comum da ‘absolvição de instância por falta de prova’”.

---

<sup>27</sup> Torna-se irretocável, portanto, o ensinamento de Helder Moroni Câmara: “De plano percebe-se, então, que por meio dos indícios não se faz, de maneira direta e retilínea, prova do fato que servirá de base para que o julgador conceda ou não aquilo que lhe foi pleiteado pelas partes, mas sim, partindo-se deles, melhor dizendo, partindo-se da prova indiciária (que deve ter sua ocorrência devidamente demonstrada nos autos), chegar-se-á, por via oblíqua e indireta, à ‘existência de outra ou outras circunstâncias’, ou seja, aos efetivos fatos que se buscava demonstrar para fins de formar o convencimento do julgador num determinado sentido” (NETO, Olavo de Oliveira; NETO, Elias Marques de Medeiros; LOPES, Ricardo Augusto de Castro (coord), 2013, p. 244).



## 4. RELAÇÃO ENTRE A DISREGARD DOCTRINE E OS MEIOS DE PROVA

### 4.1 Necessidade do estudo dos meios de prova utilizados

A Constituição da República enuncia o princípio do devido processo legal<sup>28</sup> que, em sua acepção formal, significa o atendimento às regras procedimentais para o correto desenvolvimento de um determinado processo (seja administrativo, legislativo e entre outros). No campo judicial, pode-se dizer que é imprescindível o cumprimento das referidas regras, uma vez que possibilitam a concretização de princípios jurídicos como, por exemplo, o do contraditório, o da ampla defesa e o da duração razoável do processo<sup>29</sup>.

Na hipótese da desconsideração, o Código Civil, no art. 50 (citado anteriormente), determinou que somente o Poder Judiciário teria competência para a sua decretação. Dessa maneira, como modo de prestigiar o *due process of law*, especialmente em seu aspecto formal, somente se admitirá o “rompimento episódico do véu da pessoa jurídica” por meio de um processo judicial, o qual tenha respeitado todas as garantias processuais<sup>30</sup>.

Para um completo estudo da *disregard doctrine*, portanto, deve-se estudar minuciosamente os meios de prova utilizados pelo Poder Judiciário como capazes de fundamentar a decretação da desconsideração, como uma maneira de estudar pragmaticamente o instituto.

---

<sup>28</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

<sup>29</sup> “Há o *devido processo legal formal* ou *procedimental*, cujo conteúdo é composto pelas garantias processuais que vimos no item precedente: direito ao contraditório, ao juiz natural, a um processo com duração razoável etc. Trata-se da dimensão mais conhecida do *devido processo legal*” (JÚNIOR, 2012, p. 49).

<sup>30</sup> Nesse ponto, vale citar que o Superior Tribunal de Justiça já admitiu a desconsideração pela via administrativa, o que se trata de grave ofensa ao devido processo legal. Trata-se do RMS 15166 / BA que possui a seguinte ementa: “ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. SANÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR. EXTENSÃO DE EFEITOS À SOCIEDADE COM O MESMO OBJETO SOCIAL, MESMOS SÓCIOS E MESMO ENDEREÇO. FRAUDE À LEI E ABUSO DE FORMA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA ESFERA ADMINISTRATIVA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E DA INDISPONIBILIDADE DOS INTERESSES PÚBLICOS. - A constituição de nova sociedade, com o mesmo objeto social, com os mesmos sócios e com o mesmo endereço, em substituição a outra declarada inidônea para licitar com a Administração Pública Estadual, com o objetivo de burlar à aplicação da sanção administrativa, constitui abuso de forma e fraude à Lei de Licitações Lei n.º 8.666/93, de modo a possibilitar a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica para estenderem-se os efeitos da sanção administrativa à nova sociedade constituída. - A Administração Pública pode, em observância ao princípio da moralidade administrativa e da indisponibilidade dos interesses públicos tutelados, desconsiderar a personalidade jurídica de sociedade constituída com abuso de forma e fraude à lei, desde que facultado ao administrado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo regular. - Recurso a que se nega provimento”.

Para tanto, é importante ter em consideração todos os conceitos, teorias e pressupostos concernentes à desconsideração da personalidade jurídica, uma vez que somente apoiado em corretas premissas pode-se, de fato, analisar criticamente os meios de prova utilizados.

#### 4.2 Efeitos da escolha do meio de prova

Consoante já detalhado em outro momento, o princípio da autonomia patrimonial provoca o entusiasmo dos indivíduos para constituírem pessoas jurídicas com a finalidade do lucro, visto que os patrimônios pessoais se manterão preservados em caso de insucesso do empresário. É inegável, por conseguinte, o elo existente entre a utilização do princípio da separação patrimonial e a força econômica de um estado.

Por o “rompimento episódico do véu da pessoa jurídica” consistir justamente em um afastamento da separação patrimonial, ainda que temporário, percebe-se que a técnica deve ser utilizada com bastante cuidado e parcimônia. No linguajar jurídico, diz-se que se trata de uma medida a ser utilizada *cum grano salis*.

Ora, o uso correto da desconsideração possui a função de enaltecer o princípio da autonomia patrimonial porque tende a somente afastá-lo no caso de mau uso da pessoa jurídica. Todavia, se a medida pontual for utilizada de modo irregular, sem a devida atenção aos pressupostos necessários e ao caso concreto, acabaria por se admitir uma ferramenta que enfraqueceria o movimento dos indivíduos de se lançarem no ramo empresarial ante o receio de terem seu patrimônio pessoal atingido de modo “fácil”.

A admissão generalizada da teoria da desconsideração seria desastrosa, afetando normas que o próprio sistema jurídico criou, maculando, desta forma, o princípio da segurança jurídica. Em última análise, o ramo econômico seria ameaçado, pois um grande incentivo (talvez, o melhor) estaria atenuado. MÁRCIO TADEU GUIMARÃES NUNES alerta sobre o uso inadequado da *disregard doctrine*, raciocínio este que pode ser considerado para as hipóteses de utilização de provas insuficientes para fundamentação da medida (2007, p. 28):

Ao possibilitar a revisão, sem qualquer controle eficiente, do princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica e da responsabilidade limitada

ao capital investido, paradigmas fundamentais da estrutura capitalista, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica corre o risco de situar-se num verdadeiro ‘Mundo de faz-se-conta’.

É evidente que a insegurança provocada pela atual disciplina da teoria da desconsideração dificultará a captação de investimentos nacionais e estrangeiros, o que, portanto, pode ser um desserviço à relevância social e econômica da empresa já profundamente analisada por Comparato desde 1983.

O que se espera é que haja a utilização de meios de prova capazes de comprovar eficientemente os pressupostos da medida excepcional, de modo a preservar e vangloriar o princípio da separação patrimonial, a fim de que não se tenha uma cultura de decretação da medida de forma desarrazoada, situação esta que poderia ameaçar, mesmo que em parte, o ramo econômico.

## **5. ANÁLISE DESCRITIVA DA PESQUISA**

Será realizada a análise da pesquisa — dados constantes em tabelas anexas a esse trabalho —, de cunho descritivo, a fim de apurar os meios de prova aplicados pelos tribunais estaduais brasileiros. Ressalta-se que não se pretende elaborar juízos de valor sobre a conduta adotada pelos magistrados neste momento, porém, tal situação pode ocorrer, de algum modo, por ser uma decorrência lógica da análise descritiva.

### **5.1 Metodologia da pesquisa**

Realizou-se a delimitação e coleta, por meio de acesso em sítios da internet, do acervo jurisprudencial dos tribunais estaduais do Brasil atinentes aos casos em que houve a desconsideração da personalidade jurídica, nos casos de Direito Civil<sup>31</sup>, para fins de averiguação dos meios de prova empregados.

Para alcançar essa meta, utilizou-se os termos “desconsideração”, “da”, “personalidade” e “jurídica” no parâmetro de pesquisa de cada tribunal.

---

<sup>31</sup> No acervo dos julgados (em anexo ao presente trabalho), perceber-se-á que haverá casos de Direito do Consumidor, porém tais casos não servirão de base para a pesquisa aqui demonstrada. A existência desses casos decorre do fato de que o referido acervo também serviu para outras finalidades.

Nessa linha, coletou-se somente os acórdãos, com data de julgamento entre 01.08.2011 e 31.07.2013, em que houve pronunciamento de mérito com fulcro na desconsideração da personalidade jurídica.

Destaca-se o não aproveitamento de julgados nos quais (i) não trataram de matéria civil/empresarial, (ii) versaram apenas sobre questões meramente processuais, (iii) não proclamaram a desconsideração da personalidade e (iv) decretaram a desconsideração inversa da personalidade.

Os arestos apanhados foram organizados em uma tabela (arquivo anexo ao presente ensaio) que evidencia as seguintes características: número do processo, data do julgamento, ementa do acórdão, matéria do acórdão, meio de prova utilizado e teoria da desconsideração da personalidade jurídica adotada (Maior Subjetiva, Maior Objetiva ou Menor).

Aplicou-se esse modo de organização, pois, permite ter acesso aos dados obrigatórios para buscar o respectivo precedente na internet, além de que fornece a informação crucial para a presente pesquisa, qual seja, o meio de prova empregado.

## **5.2 Resultados da pesquisa**

Por se resumir aos casos de Direito Civil, deduz-se que somente se vislumbrará hipóteses da Teoria Maior, seja na modalidade Objetiva ou Subjetiva, do rompimento do véu da pessoa jurídica.

Primeiramente, destaca-se que não se encontrou acórdãos, nos moldes pelo qual se realizou a pesquisa, nos seguintes tribunais:

- Tribunal de Justiça do Acre.
- Tribunal de Justiça de Roraima.
- Tribunal de Justiça do Amazonas.
- Tribunal de Justiça de Rondônia.
- Tribunal de Justiça do Amapá.

- Tribunal de Justiça de Tocantins.
- Tribunal do Mato Grosso do Sul.
- Tribunal de Justiça da Bahia.
- Tribunal de Justiça do Maranhão.
- Tribunal de Justiça do Piauí.
- Tribunal de Justiça do Ceará.
- Tribunal de Justiça do Sergipe.
- Tribunal de Justiça da Paraíba.
- Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

No tocante aos outros tribunais, consoante dados das tabelas em anexo ao presente trabalho, obteve-se o seguinte resultado, a ser apresentado considerando o número de julgados relativos à cada meio de prova empregado, tendo ainda em conta a teoria da desconsideração adotada, tudo a fim de colaborar com o aspecto didático deste estudo<sup>32</sup>:

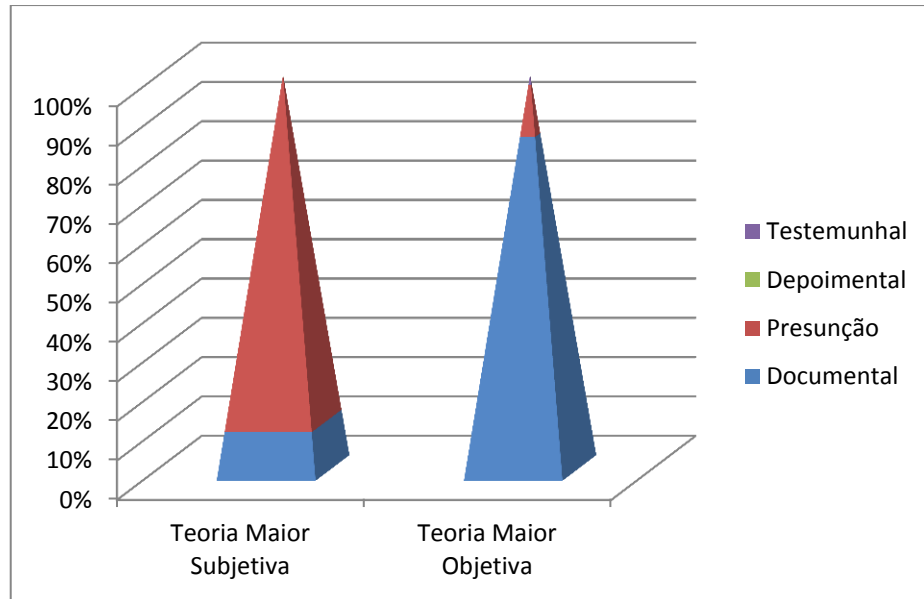
#### **Tribunal de Justiça de São Paulo — TJSP**

| 36 julgados referentes à Teoria Maior Objetiva |             |
|--|-------------|
| Com produção de prova documental               | 33 julgados |
| Com presunção                                  | 0 julgados  |
| Com produção de prova depoimental              | 1 julgado   |

| 138 julgados referentes à Teoria Maior Subjetiva |              |
|--|--------------|
| Com produção de prova documental                 | 16 julgados  |
| Com presunção                                    | 122 julgados |
| Com produção de prova depoimental                | 1 julgado    |

---

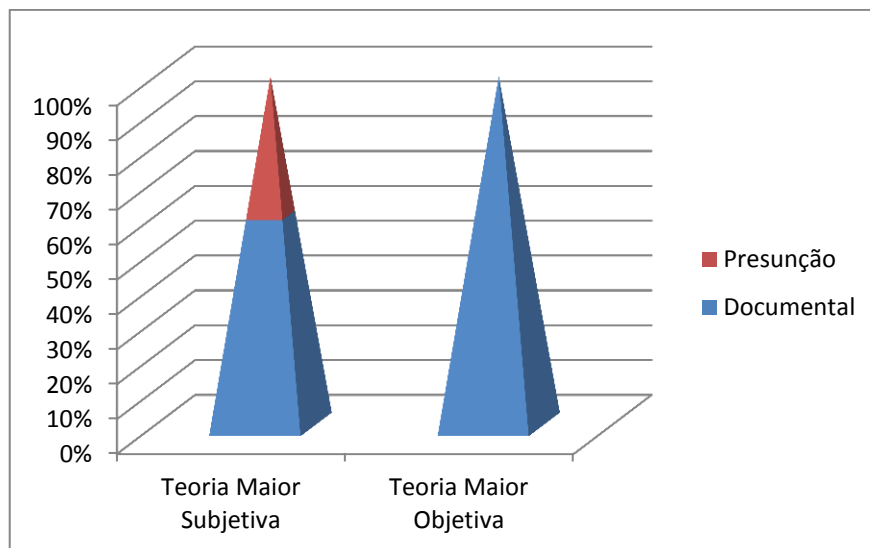
<sup>32</sup> Observar-se-á que somente se utilizou gráfico, a fim de auxiliar as tabelas, nos tribunais no quais foram encontrados mais de um meio de prova.



### Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro — TJRJ

| 1 julgado referente à Teoria Maior Objetiva |           |
|---|-----------|
| Com produção de prova documental            | 1 julgado |

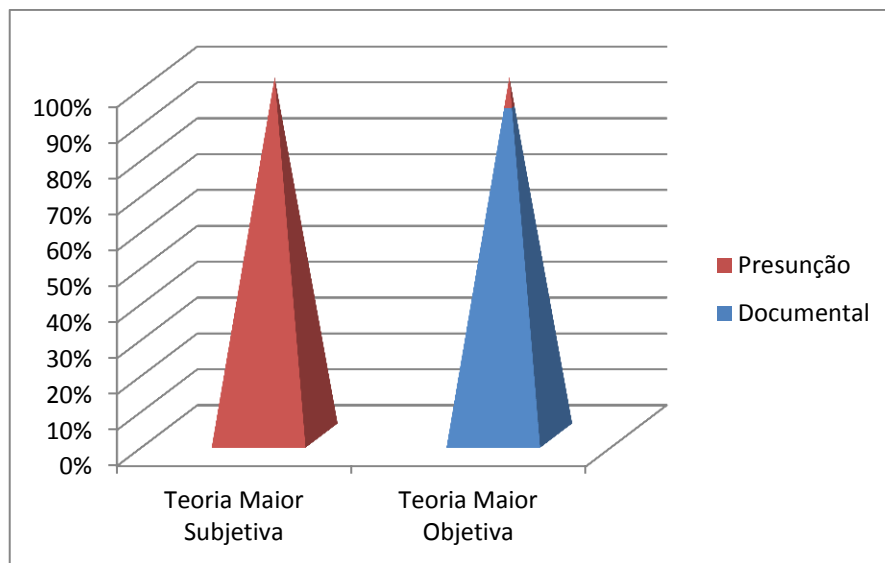
| 5 julgados referentes à Teoria Maior Subjetiva |            |
|--|------------|
| Com produção de prova documental               | 3 julgados |
| Com presunção                                  | 2 julgados |



### **Tribunal de Justiça de Minas Gerais — TJMG**

|   |            |
|---|------------|
| 4 julgados referentes à Teoria Maior Objetiva |            |
| Com produção de prova documental              | 4 julgados |

|   |             |
|---|-------------|
| 12 julgados referentes à Teoria Maior Subjetiva |             |
| Com produção de prova documental                | 1 julgado   |
| Com presunção                                   | 11 julgados |



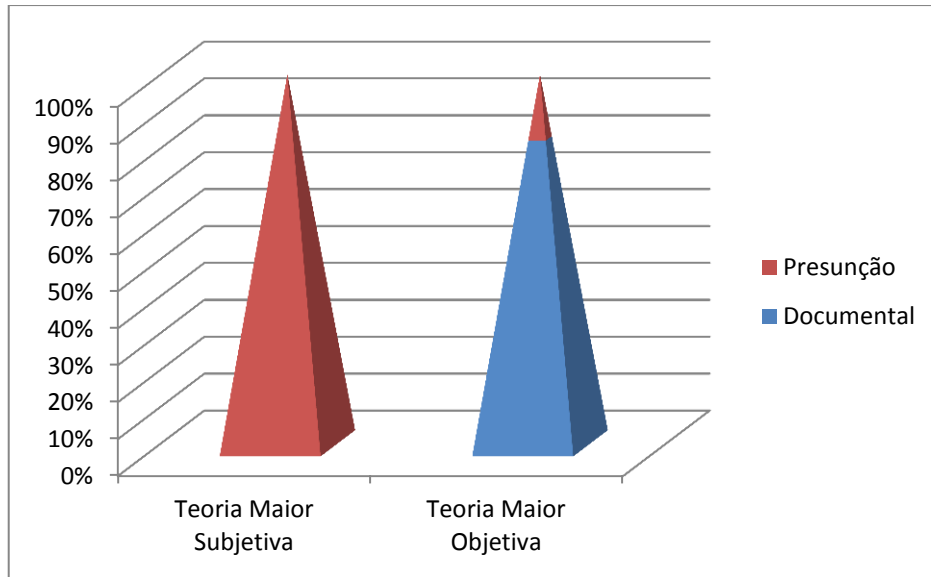
### **Tribunal de Justiça do Espírito Santo — TJES**

|   |           |
|---|-----------|
| 1 julgado referente à Teoria Maior Objetiva |           |
| Com produção de prova documental            | 1 julgado |

### **Tribunal de Justiça do Paraná — TJPR**

|  |             |
|--|-------------|
| 11 julgados referentes à Teoria Maior Objetiva |             |
| Com produção documental                        | 11 julgados |

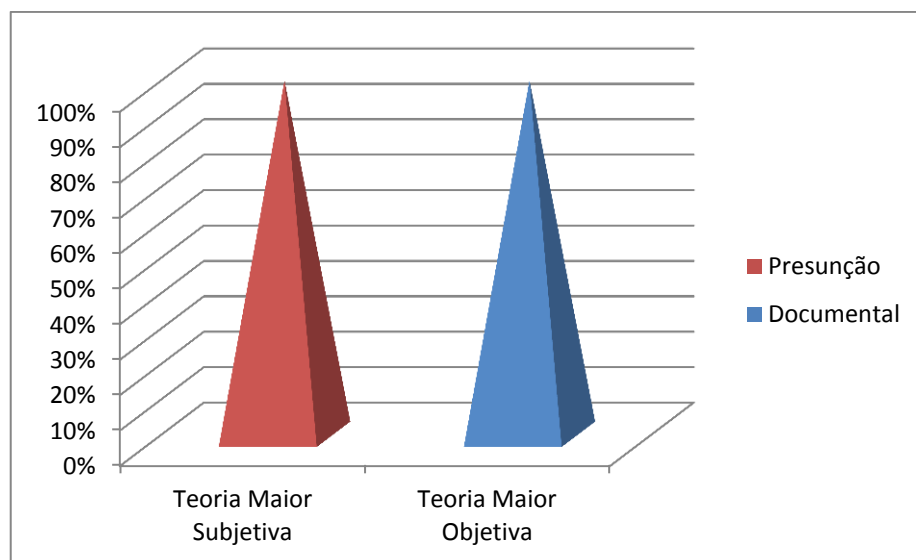
|   |             |
|---|-------------|
| 23 julgados referentes à Teoria Maior Subjetiva |             |
| Com produção de prova documental                | 4 julgados  |
| Com presunção                                   | 19 julgados |



### Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul — TJRS

|   |           |
|---|-----------|
| 1 julgado referente à Teoria Maior Objetiva |           |
| Com produção de prova documental            | 1 julgado |

|   |             |
|---|-------------|
| 12 julgados referentes à Teoria Maior Subjetiva |             |
| Com presunção                                   | 12 julgados |



### Tribunal de Justiça de Santa Catarina — TJSC

|  |
|--|
| 1 julgado referente à Teoria Maior Subjetiva |
|--|



|               |           |
|---------------|-----------|
| Com presunção | 1 julgado |
|---------------|-----------|

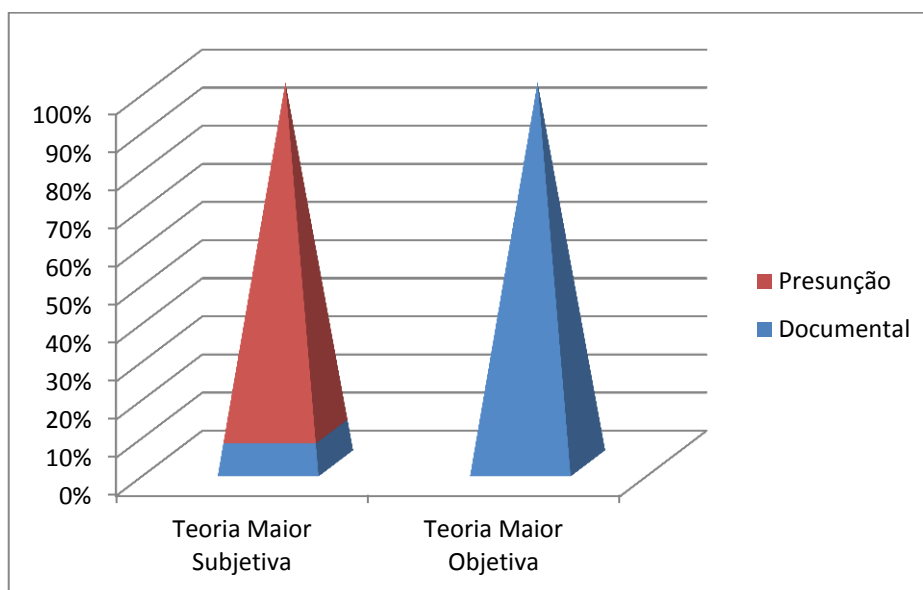
### **Tribunal de Justiça do Pará — TJPA**

|  |           |
|--|-----------|
| 1 julgado referente à Teoria Maior Subjetiva |           |
| Com presunção                                | 1 julgado |

### **Tribunal de Justiça do Mato Grosso — TJMS**

|   |            |
|---|------------|
| 4 julgados referentes à Teoria Maior Objetiva |            |
| Com produção de prova documental              | 4 julgados |

|   |             |
|---|-------------|
| 12 julgados referentes à Teoria Maior Subjetiva |             |
| Com produção de prova documental                | 1 julgado   |
| Com presunção                                   | 11 julgados |



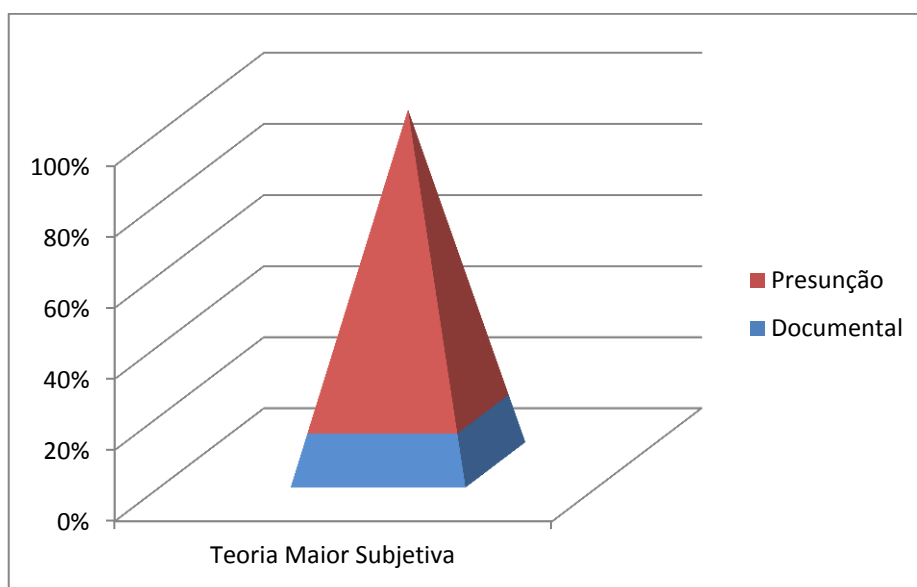
### **Tribunal de Justiça do Goiás — TJGO**

|   |           |
|---|-----------|
| 1 julgado referente à Teoria Maior Objetiva |           |
| Com produção de prova documental            | 1 julgado |

|  |            |
|--|------------|
| 4 julgados referentes à Teoria Maior Subjetiva |            |
| Com produção de prova documental               | 4 julgados |

### Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios — TJDFT

| 7 julgados referentes à Teoria Maior Subjetiva |            |
|--|------------|
| Com produção de prova documental               | 1 julgado  |
| Com presunção                                  | 6 julgados |



### Tribunal de Justiça de Pernambuco

| 1 julgado referente à Teoria Maior Subjetiva |           |
|--|-----------|
| Com presunção                                | 1 julgado |

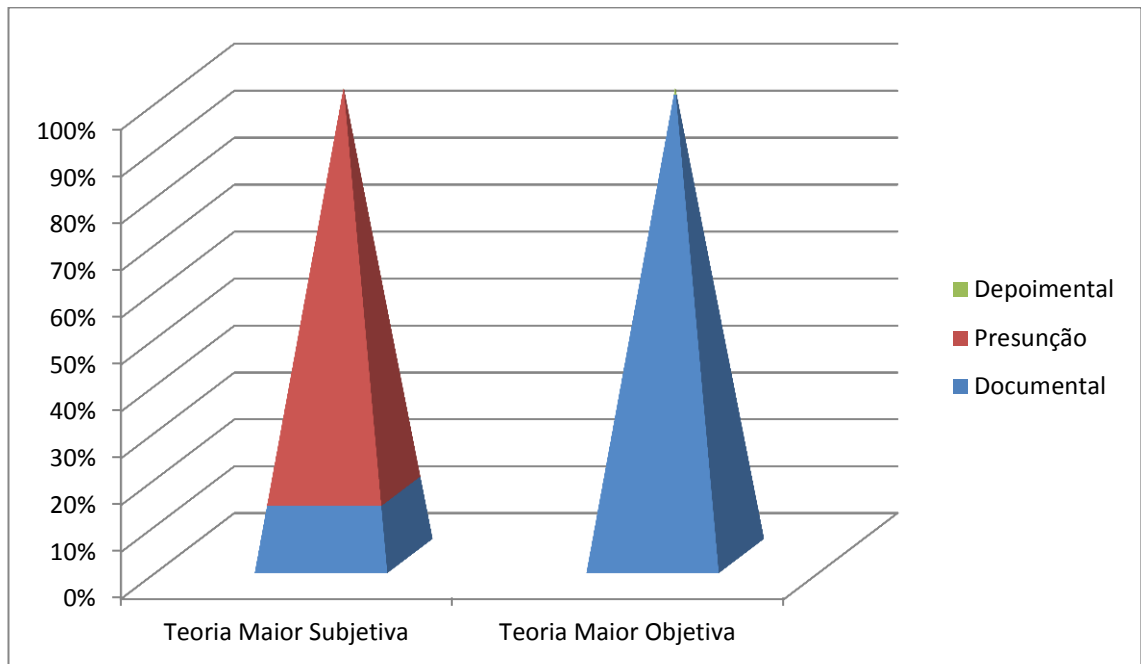
### Tribunal de Justiça de Alagoas

| 1 julgado referente à Teoria Maior Subjetiva |           |
|--|-----------|
| Com presunção                                | 1 julgado |

Agrupando todos os dados em uma única tabela, o que dá um *status* nacional, encontra-se o seguinte resultado:

| 59 julgados quanto à Teoria Maior Objetiva |    |
|--|----|
| Com a prova documental                     | 58 |
| Com a presunção                            | 0  |
| Com a prova depoimental                    | 1  |

| 218 julgados quanto à Teoria Maior Subjetiva |     |
|--|-----|
| Com a prova documental                       | 30  |
| Com a presunção                              | 188 |
| Com a prova depoimental                      | 1   |



## 6. ANÁLISE CRÍTICA DA PESQUISA

LUIZ GUILHERME MARINONI e SÉRGIO CRUZ ARENHART atestam (2004, p. 312):

Uma primeira observação que deve ser feita é com a natural constatação de que a prova não é assunto exclusivamente versado pelo direito processual. Por isso, seu conceito, sua função e suas particularidades não devem ser encontrados exclusivamente no campo do direito (ou, mais restritamente, no campo do direito processual), mas, ao contrário, são informados por elementos das mais diversas ciências, não obstante ingressem no direito processual com visão e regime particular.

É justamente com esse olhar crítico mencionado pelos autores, consubstanciado em uma observação da prova conjuntamente com outras ciências, principalmente àquelas a que a respectiva prova se destina, que será realizada a análise dos resultados mostrados.

Para proporcionar maior organização, dividir-se-á o exame crítico quanto às hipóteses de aplicação da Teoria Maior Objetiva e da Teoria Maior Subjetiva.

### 6.1 Julgados referentes à Teoria Maior Objetiva

A Teoria Maior Objetiva possui como requisito autorizador a confusão patrimonial. Trata-se da intitulada Formulação Objetiva da Desconsideração da Personalidade Jurídica<sup>33</sup>.

O termo “objetiva” tem a ver justamente com o fato de que a comprovação da confusão patrimonial, em grande parte, é atribuída a elementos objetivos que não carregam, em si, uma carga com caráter intencional/subjetivo.

Em outras palavras, a demonstração do pressuposto “confusão patrimonial” não exige a pesquisa do dolo do sócio em prejudicar os devedores da empresa, tampouco a do uso de modo a se esquivar de gravames contratuais ou legais, mas tão somente a da inexistência de separação entre o patrimônio da empresa e do sócio.

Nesse sentido, a prova documental tem pertinência com a demonstração desse requisito autorizador, pois é justamente o documento o meio natural de se apresentar um dado objetivo — “Documento é toda coisa capaz de representar um fato. Pode constituir prova documental se for apta a indicar *diretamente* esse fato” (MARINONI e ARENHART, 2008, p. 343).

Prova documental é suficiente, portanto, a demonstrar situações que evidenciam, na escrituração contábil ou na movimentação de contas ou em qualquer outro meio, a “fusão patrimonial” do investidor e empresário, em menor ou maior grau.

Assim, é esperado que haja documentos que indiquem a existência de empresas com os mesmos sócios, muitas vezes no mesmo endereço, ou de conglomerados familiares e empresas controladas e empresas controladoras, nas quais é normal a transferência de ativos e

---

<sup>33</sup> Nesse âmbito, FÁBIO ULHOA COELHO afirma: “Pela formulação subjetiva, os elementos autorizadores da desconsideração são a fraude e o abuso de direito; pela objetiva, a confusão patrimonial.” (2011, p. 64)

passivos, custos e lucros, bem como a ocorrência de bens da empresa que são utilizados como de verdadeira propriedade pelo sócio, em situações não contempladas pelo objeto social.

É o que, de fato, observa-se do resultado da pesquisa: dos 59 julgados que se decretou a *disregard of legal entity*, 58 tiveram como amparo a prova documental.

A quase unanimidade da utilização do meio documental para dar sustentáculo ao requisito da confusão patrimonial revela a acurácia dos tribunais brasileiros em sua performance no que tange ao tratamento da Teoria Maior Objetiva (pelo menos no que toca à utilização do meio de prova).

Com o intuito de exemplificação da comprovação de inexistência de separação patrimonial entre o sócio e a sociedade empresária, observa-se a seguinte passagem do voto da Relatora Maria Lúcia Pizzoti na apelação de nº 0020497-44.2009.8.26.0576 do TJSP, a qual evidenciou o dado objetivo da utilização da mesma conta pelos sócios e pelo empresário, perfazendo uma situação de indistinação do patrimônio social e pessoal:

Conforme se denota da peça de contrarrazões, foi efetivada a tentativa de bloqueio de bens, inclusive de ativos financeiros, restando as tentativas infrutíferas, sendo indicados à penhora bens que não eram de propriedade da devedora. Não é razoável admitir que uma sociedade empresária atue no mercado sem movimentação de contas bancárias, evidenciando-se, portanto, que as contas movimentadas para o funcionamento de suas atividades são as de seus sócios.

Por fim, merece destaque o único precedente que não se apoiou somente em prova documental — apelação nº 0021751-43.2009.8.26.0482 do TJSP, cuja relatoria foi do Desembargador Spencer Almeida Ferreira. O julgado valeu-se preponderantemente do meio depoimental para obter o dado de utilização do patrimônio social pelos sócios como se deles próprio fosse, já que o mesmo foi utilizado para quitar débitos particulares, conforme consta no voto do acórdão:

No caso ‘sub judice’, restou evidenciado que os sócios se retiraram da empresa executada com dívidas pendentes, além da manifesta confusão patrimonial, já que o cheque emitido em nome da empresa, o foi com o propósito de atender dívidas particulares de seu sócio, como restou evidenciado pelos depoimentos de fls. 155 e 174.

## 6.2 Julgados referentes à Teoria Maior Subjetiva

A Teoria Maior Subjetiva, por outro lado, trata do abuso de direito que pode ser dividido em um abuso de forma individual — utilização da personalidade jurídica com o objetivo específico de causar dano a terceiro — e abuso de forma institucional — utilização do privilégio da responsabilidade limitada de modo contrário aos seus objetivos e funções (SALOMÃO FILHO, 1998, p. 91-92).

No que tange ao abuso de forma individual, observa-se que não consiste em ofício simples verificar a atitude do sócio em lesar outrem, pois se requer a análise da sua intenção, o que perpassa por uma averiguação de elemento volitivo<sup>34</sup>. Assim, tem-se o contraponto com a Teoria Maior Objetiva, razão pela qual se fala em Formulação Subjetiva da Desconsideração da Personalidade Jurídica. De outra banda, o abuso de forma institucional já possui um viés mais objetivo, uma vez que atuar de modo contrário às finalidades da pessoa jurídica não requer necessariamente a investigação do aspecto intencional do sócio, bastando, para sua comprovação, o exame de dados objetivos que salientam a contrariedade.

O resultado da pesquisa empreendida coaduna-se justamente com essa dificuldade em se provar o abuso de direito, sobretudo na sua forma individual, visto que se percebe o alto número de casos em que se decreta a desconsideração com fulcro unicamente em presunções: 188 dentro de um universo de 218.

Apelando para lógica, pode-se concluir que o meio de prova que seria mais razoável e proporcional, nessa hipótese, é a depoimental e testemunhal, já que se identificaria, por meio da ótica subjetiva de outrem, a intenção do investidor em fraudar terceiros, ou até mesmo a documental, quando esta oferece informações que demonstram convicentemente o abuso do direito perpetrado pelo sócio.

Porém, dada a dificuldade, agora se reportando em noções atreladas à realidade, em que alguém discorra em juízo sobre a atuação “desonesta” de um sócio, tem-se por inocente esperar essa iniciativa. Comprova-se esse raciocínio quando se percebe apenas um caso de todo o respectivo universo em que a prova adveio de depoimento — Apelação nº

---

<sup>34</sup> “Quando ao demandante se impõe o ônus de provar intenções subjetivas do demandado, isso muitas vezes importa a inacessibilidade ao próprio direito, em razão da complexidade de provas dessa natureza. Assim, para facilitar a tutela de alguns direitos, preocupa-se a ordem jurídica, ou mesmo a doutrina, em estabelecer presunções ou inversões do ônus probatório” (COELHO, Fabio Ulhoa, Curso de Direito Comercial Direito de empresa. 2011, p. 64).

0004970-58.2008.8.26.0650 do TJSP de relatoria do Desembargador Francisco Occhiuto Júnior, cuja parte em que há menção ao meio de prova depoimental transcreve-se a seguir:

[...] o executado valia-se de pessoas jurídicas para não arcar com suas obrigações [...] a filha do executado gerencia com poderes ilimitados a empresa apelada, conforme seu depoimento pessoal (fls. 170/171 dos autos da execução 636/02), além de confirmar que seu pai abria e fechava empresas para não honrar com suas obrigações [...].

Desse modo, em decorrência da complexidade em angariar elementos probatórios subjetivos, restou aos tribunais adotar um entendimento capaz de dar efetividade à desconsideração da personalidade jurídica no que tange à Teoria Maior Subjetiva, sob pena de, em termos práticos, se esvaziar o instituto. A solução encontrada embasa-se na constatação de alguns indícios que levam, por meio de presunção, à caracterização do pressuposto do abuso de direito.

Basicamente a jurisprudência pátria apoia-se em um indício para calcar a aludida presunção, qual seja, o encerramento irregular do empresário somado à sua insolvência. De acordo com o entendimento jurisprudencial, a paralisação das atividades, sem a devida baixa na junta comercial e sem a reserva de patrimônio suficientes a pagar os débitos existentes, configura um ato irregular que evidencia a intenção em lesar credores da sociedade empresária. Exemplifica-se esse posicionamento através do seguinte trecho do voto lançado na Apelação n. 0020350-35.2009.8.26.0344 do TJSP de Relatoria do Desembargador Erson de Oliveira:

Portanto, no caso em tela, restou sobejamente comprovado através da documentação que a executada paralisou suas atividades sem, contudo reservar bens suficientes para responder pelas pendências então existentes. O simples fato de não ter reservado bens livres e desembaraçados para esse fim, caracteriza o chamado abuso da personalidade jurídica, razão pela qual deve ser a r. sentença mantida, sem a necessidade de qualquer reparo.

Há indiscutivelmente uma falta de diligência em não se proceder à baixa na junta comercial ao tempo do encerramento das atividades. No entanto, repara-se que, nesse indício, não há a prova concreta do dolo do sócio em fraudar terceiros, tampouco uma atitude que vai contra a finalidade da respectiva pessoa jurídica (justamente, por essa razão, trata-se de um

indício). E, surpreendentemente, é justamente a constatação desse encerramento irregular das atividades empresariais que levam os tribunais brasileiros a decidirem pela configuração de abuso.

É de fácil constatação que por diversas razões poderia ter ocorrido o encerramento irregular da empresa sem que houvesse o abuso de direito pelos sócios, como por exemplo quando uma empresa sofre uma enorme crise econômica capaz de avacalhar com seu funcionamento, sendo que ainda não houve tempo hábil para a correspondente baixa na junta comercial.

É dizer, depender exclusivamente do encerramento irregular da atividade empresária é verdadeiramente se valer de um indicício que, após se realizar uma presunção, chega-se à conclusão não retilínea de atuação abusiva. O que deve ser provado é propriamente o abuso de direito, seja na modalidade em que se busca lesar terceiros ou na modalidade em que se atua de modo contrário às finalidades gerais e específicas da sociedade empresária, e isto não é comprovado, de modo claro, pelo mero encerramento irregular das atividades. Ora, não se está negando aqui que é até, de certa forma, plausível que uma atuação ardilosa do sócio acabe tendo como consequência correlata o encerramento irregular das atividades do empresário, porém, para se provar essa atuação ardilosa, não basta somente a comprovação dessa espécie de encerramento, sendo necessário a sua comprovação aliada a outros elementos probatórios capazes de acarretar em uma convincente argumentação<sup>35</sup>.

O encerramento irregular, em rigor, acarreta uma percepção, pelo Poder Judiciário, de que não se encontrou bens da sociedade empresária para poder haver penhora e se conseguir posteriormente a satisfação do crédito ou de que não haverá a produção de capital futuramente pelo empresário, vez que o mesmo já se encontra sem atividade, o que manterá o débito existente. Isto é, nota-se uma percepção de que há um inadimplemento que se perpetuará e não uma percepção referente à utilização abusiva da pessoa jurídica.

Contudo, como já dito, a crise econômica e a insolvência, que levaram à paralisação das atividades empresariais, podem ter diversas razões alheias à conduta

---

<sup>35</sup> LUIZ GUILHERME MARINONI, no seu artigo Simulação e Prova, pontua: “Por outro lado, verificando-se que a demonstração do fato indiciário não foi suficiente, não é possível estabelecer um raciocínio adequado, através de presunção, para concluir pela existência do fato essencial; o raciocínio judicial, neste caso, será falho por tomar como premissa um fato que não foi efetivamente demonstrado. É necessário, ainda, que a prova do fato indiciário permita que o juiz conclua, através da presunção, sobre a totalidade do fato essencial, a menos que várias provas sejam somadas para que o magistrado forme o seu convencimento pela procedência do pedido”.



intencional dos investidores, como evidencia WALFRIDO JORGE WARDE JÚNIOR (2007, p. 308-309):

O esgotamento ou a insuficiência do capital e, portanto, do patrimônio social não permitem concluir, todavia, que tenha ocorrido apropriação, pelos sócios, de meios de produção da sociedade. Esse estado pode ser consequência ordinária do exercício da atividade empresarial e dos riscos que dela decorre.

É bem possível que se esgote o patrimônio ou se torne insolvente a sociedade, sem que seus administradores tenham violado os deveres de cuidado e lealdade [...].

Aceitar o aludido indício como suficiente trata-se de um raciocínio voltado para a perseguição do adimplemento, sem se dar atenção à questão da comprovação robusta dos pressupostos da medida excepcional. É quase como se fosse uma tentativa, a todo custo, do magistrado em conseguir uma solução justa, em relação somente aos credores<sup>36</sup>.

Decretar uma medida excepcional a qual consiste a Desconsideração da Personalidade Jurídica em face apenas de um indício causa, no mínimo, um pouco de dúvida sobre a correta forma de deslinde desses imbróglios judiciais. Atentos a essa constatação, vários julgados encontrados durante a pesquisa rechaçam a medida excepcional com base em indícios, consoante demonstra a ementa do julgamento realizado no processo nº 989467-3 de Relatoria do Desembargador Shiroshi Yendo do TJPR:

A teoria maior da desconsideração, regra geral no sistema jurídico brasileiro, não pode ser aplicada com a mera demonstração de estar a pessoa jurídica, insolvente para o cumprimento de suas obrigações. Exige-se, aqui, para além da prova de insolvência, ou a demonstração de desvio de finalidade (teoria subjetiva da desconsideração), ou a

---

<sup>36</sup> MÁRCIO TADEU GUIMARÃES NUNES comenta sobre o fato da desconsideração ser decretada como meio principal de satisfazer créditos, sem se preocupar com a boa técnica (2007, p. 99): “Contudo, lançar a teoria da penetração para além da pessoa jurídica e projetá-la sobre o patrimônio de qualquer de seus sócios por simples insolvência daquela é dar a essa teoria um poder de fogo talvez maior do que as hipóteses mais graves de responsabilidade objetiva (sem culpa) já concebidas pelo direito interno ousaram prever. Isto porque no cenário de responsabilidade objetiva se pode, pelo menos, tentar estabelecer juízos lógicos, fixando o fato, o nexo de causalidade e o resultado atribuído ao agente infrator.

[...]

Por esse equivocado raciocínio, ora presente em normas legais sobre o assunto; ora servindo de aparato retórico para aplicação da teoria da desconsideração quando o intérprete se vê diante do risco de uma execução frustrada, nenhum requisito é, de fato, necessário para disparar a teoria em debate, senão um certo sentido de solução ‘mais justa’ a que tanto se referem os autores que já se debruçaram sobre o tema”.

demonstração de confusão patrimonial (teoria objetiva da desconsideração).’ (STJ, 3ª Turma, Resp 279273/SP, Rel. Min. Nancy Andrigui, DJ 29/03/2004) 2. O fato de a empresa estar presumidamente inativa não significa que ocorreu a sua dissolução de forma irregular, de modo a autorizar a desconsideração da personalidade jurídica [...].

Destarte, cabe mencionar o Enunciado nº 282 do Conselho da Justiça Federal: “O encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica, por si só, não basta para caracterizar abuso da personalidade jurídica”.

O que se percebe do resultado da pesquisa, em um sentido bem crítico, é que os tribunais buscam dar mais importância à reparação do dano, beneficiando os credores, do que aplicar a desconsideração de maneira energética, isto é, comprovando suficientemente a configuração de seus pressupostos. Não pode ser esse o entendimento de algo que merece um tratamento seguro e coerente<sup>37</sup>.

Na verdade, quando se rememora o desenvolvimento da teoria da *disregard of legal entity*, percebe-se que a mesma foi desenvolvida inicialmente como um esquema de regra-exceção, o que denota a sua marca de excepcionalidade, a ser decretada somente quando evidentemente preenchido seu requisito autorizador (abuso de direito). Mesmo, depois, com uma certa flexibilização advinda da teoria dos centros de imputação, já que se passou a admiti-la segundo critérios estabelecidos em lei, a desconsideração não deixou de ser uma medida pontual, somente podendo ganhar vida com a eficiente demonstração dos pressupostos previstos na legislação.

Não pode ser outro o raciocínio, pois nunca deve se perder de vista que a *disregard* acaba por afetar, ainda que temporariamente, um dos mais significativos postulados para o ramo econômico: a separação patrimonial entre investidor e pessoa jurídica.

De olho na importância dos efeitos oriundos da personalização, deve-se empreender com total cautela uma medida que os suspenda. Uma admissão generalizada da desconsideração poderia ter consequências nefastas. Nesse sentido, importa, a título de

---

<sup>37</sup> “Com as observações anteriores sobre a aplicação prática da teoria da desconsideração, e sua recepção pela ordem jurídica brasileira, ficou evidenciado o seu caráter excessivamente casuístico. Nesse sentido, a tarefa que Serick se propôs, ainda na década de 50, parece não ter logrado maior êxito, pois os juízes continuam a decidir os casos de desconsideração em função de julgamentos de equidade, com base numa multiplicidade de critérios e de fundamentos, que não permitem inferir uma lógica comum, a partir da qual fosse possível construir uma base teórica segura e coerente” (MUNHOZ, 2002, p. 166-167 *apud* NUNES, 2007, p. 109).

comparação, observar as ponderações de MÁRCIO TADEU GUIMARÃES NUNES referentes aos efeitos negativos da aplicação indevida da desconsideração em relação aos Estados Unidos:

Isto é, no próprio país em que a *disregard* teve sua maior profusão (até mesmo em virtude das peculiaridades anteriormente indicadas, quais sejam, sistema do *common law*, natureza aberta, direito construído com base nos precedentes dos tribunais, etc.), hoje em ia há quem defenda — com base em informações idôneas, pesquisas e construções lógicas —, que o seu uso é letal para a economia e, também, para a estabilidade das relações jurídicas de mercado como um todo.

Essa corrente é liderada pelo professor titular da UCLA (Universidade da Califórnia, Los Angeles), *STEPHEN M. Bainbridge*, o qual afirma, dentre outras coisas, que a teoria da desconsideração da personalidade jurídica tenta avocar para si funções que extrapolam o seu real campo de incidência, não encontrando, pois, argumentos plausíveis para a sua utilização.

Nota-se com o resultado da pesquisa, no entanto, que a maioria dos precedentes aplica o dúbio entendimento, sendo que, em verdade, é o fundamento de maior uso pelos tribunais para se romper o véu da personalidade jurídica da empresa fundado na Teoria Maior Subjetiva, excetuando-se o TJGO e o TJRJ.

Oportunamente, para finalizar os comentários sobre a utilização de mera presunção para solucionar os casos da Teoria Maior Subjetiva, consubstanciada principalmente na prova indiciária de encerramento irregular do empresário, menciona-se que o Superior Tribunal de Justiça, como verdadeira Corte de pacificação de entendimento quanto aos Tribunais Regionais Federais e Tribunais Estaduais, pacificou o tema há pouco tempo.

Na referida Corte, era comum a divergência quanto ao entendimento de que a paralisação das atividades empresariais, sem a devida baixa na junta comercial, seria, por si só, suficiente para fins da *disregard*. A pacificação ocorreu diante do julgamento dos embargos de divergência em face do acórdão proferido pela Terceira Turma, de relatoria do Ministro Massami Uyeda, proferido nos autos do Agravo Regimental no Recurso especial 1.306.553/SC, que aplicou a desconsideração com base unicamente na constatação do encerramento irregular do empresário.

No capítulo do voto do acórdão do embargos de divergência, a relatora Ministra Maria Isabel Gallotti defende:

Para a aplicação da teoria maior da desconsideração da personalidade social, exige-se o dolo das pessoas naturais que estão por trás da sociedade, desvirtuando-lhe os fins institucionais e servindo-se os sócios ou administradores desta para lesar credores ou terceiros. É a intenção ilícita e fraudulenta, portanto, que autoriza, nos termos da teoria adotada pelo Código Civil, a aplicação do instituto em comento.

[...]

Não se quer dizer com isso que o encerramento da sociedade jamais será causa de desconsideração de sua personalidade, mas que somente o será quando sua dissolução ou inatividade irregulares tenham o fim de fraudar a lei, com o desvirtuamento da finalidade institucional ou confusão patrimonial. Assim é que o enunciado n. 146, da III Jornada de Direito Civil<sup>38</sup>, orienta o intérprete a adotar exegese restritiva no exame do artigo 50, do Código Civil, haja vista que o instituto da desconsideração, conquanto não determine a despersonalização da sociedade, porquanto aplicável a certo ou determinado negócio e impõe apenas a ineficácia da pessoa jurídica frente ao lesado, constitui restrição ao princípio da autonomia patrimonial daquela.

[...]

Em síntese, a criação teórica da pessoa jurídica foi avanço que permitiu o desenvolvimento da atividade econômica, ensejando a limitação dos riscos do empreendedor ao patrimônio destacado para tal fim. Abusos no uso da personalidade jurídica justificaram, em lenta evolução jurisprudencial, posteriormente incorporada ao direito positivo brasileiro, a tipificação de hipóteses em que se autoriza o levantamento do véu da personalidade jurídica para atingir o patrimônio de sócios que dela dolosamente se prevaleceram para lesar credores. Tratando-se de regra de exceção, de restrição ao princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica, a interpretação que melhor se coaduna com o art. 50 do Código Civil é a que relega sua aplicação a casos extremos, em que a pessoa

---

<sup>38</sup> Enunciado 146 — Art. 50: Nas relações civis, interpretam-se restritivamente os parâmetros de desconsideração da personalidade jurídica previstos no art. 50 (desvio de finalidade social ou confusão patrimonial).

jurídica tenha sido mero instrumento para fins fraudulentos por aqueles que a idealizaram, valendo-se dela para encobrir os ilícitos que propugnaram seus sócios ou administradores. Entendimento diverso conduziria, no limite, em termos práticos, ao fim da autonomia patrimonial da pessoa jurídica, ou seja, regresso histórico incompatível com a segurança jurídica e com o vigor da atividade econômica.

Com esses fundamentos, não estando consignado no acórdão estadual que a dissolução da sociedade tinha por fim fraudar credores ou ludibriar terceiros, não se configurando, portanto, o desvio da finalidade social ou confusão patrimonial entre sociedade e sócios ou administradores, acolho os embargos de divergência para que prevaleça a tese adotada pelo acórdão paradigma e, por conseguinte, restabelecer o acórdão especialmente recorrido.

Em sintonia com tudo o que fora dito anteriormente, espera-se fielmente que haja manutenção do entendimento acima exposto.

Por outro lado, há os julgados que se valem de meio documental para justificar a *disregard of legal entity* no que diz respeito à Teoria Maior Subjetiva: 30 de um universo de 218.

Esses precedentes apresentaram documentos que atestaram efetivamente que houve o abuso da pessoa jurídica, sendo proporcional tal demonstração na medida que o documento apresenta o que se pretende provar de forma direta, o que é importante para uma medida tipicamente pontual.

Traz-se para fins de exemplificação a seguinte passagem do voto dado no julgamento do agravo de instrumento nº 0003944-59.2013.8.26.0000 de relatoria do Desembargador Fabio Tabosa do TJSP que deixa claro que os documentos foram capazes de comprovar tranquilamente a tentativa de sucessão de sociedades empresárias unicamente com o intuito de se esquivar de débitos:

Insurge-se a referida empresa, alegando ausente prova suficiente a comprovar a suposta sucessão fraudulenta, bem como negando conluio entre as empresas e afirmando que atuaria em ramo distinto do da executada.

[...]

Feita essa ressalva, de se observar de toda forma que a r. decisão agravada se acha muito bem fundamentada e que bem vislumbrou as nuances do caso concreto, sendo adequada a sucessão societária com intuito fraudulento por ela evidenciada.

Alega a agravante, com estudada candura, que as empresas exercem atividades distintas, o que todavia somente é realidade no momento atual, justamente após a manobra empregada. A partir dos documentos de fls. 82/85 deste instrumento nota-se que a atividade exercida anteriormente pela executada Kazumi e Angelino era idêntica à atualmente desenvolvida pela agravante no mesmo endereço, além de ser a alteração contratual que modificou o objeto social de data próxima àquela de constituição da agravante.

Em última análise, a executada alterou seu ramo de atividades justamente para tentar evitar qualquer ilação de prosseguimento nas atividades por parte da ora agravante, buscando sair de cena ainda com alteração da sede. Todavia, a circunstância do objeto social anterior coincidente com o da agravante, além da atuação desta última no mesmo endereço antes correspondente à sede da executada, bem como o fato de serem os sócios da agravante genitores dos sócios da primeira empresa, todos com mesmo endereço residencial, são auto-explicativos, esgotando a questão com clareza tal que chega a ser ofensiva à inteligência a insistente negativa de propósito fraudatório.

Trar-se-á agora um caso que evidencia uma modalidade de abuso de forma institucional, pois o sócio desviou a finalidade precípua da respectiva pessoa jurídica, o que pode ser constatado ao se analisar a finalidade da pessoa jurídica e o fato realizado intencionalmente pelo sócio, dados estes que podem ser facilmente aferidos por meio documental. Transcreve-se a seguir, portanto, um trecho do voto lançado no julgamento do agravo de instrumento do processo nº 684308-3 do TJPR:

Com efeito, há elementos suficientes nos autos a demonstrar que o sócio EDUARDO AUGUSTO PERRI, administrador da empresa, utilizou-se abusivamente da pessoa jurídica, de modo a desvirtuar sua finalidade - o de aquisição de inúmeros animais de raça, que evidenciou o desvio de finalidade da sociedade agravada, cuja atividade econômica principal é a

atividade de consultoria e assessoria de gestão empresarial, conforme documento expedido pela junta comercial (fl. 56/TJ).

Percebe-se diante desses casos que o meio documental comprova eficientemente o pressuposto autorizador abuso de direito da *disregard*, devendo assim ser motivo de exaltação, sobretudo servindo de exemplo para os julgamentos solucionados através de presunções.

## 7. CONCLUSÃO

Ante o modo pelo qual se conduziu a pesquisa, nota-se nitidamente que a mesma alcançou o seu resultado esperado, qual seja, identificar quais são as modalidades de meios de prova preponderantes na jurisprudência dos tribunais estaduais para se decretar a Desconsideração da Personalidade Jurídica.

Por se restringir o assunto aos julgados de matéria civil, obteve-se apenas as hipóteses de Desconsideração da Personalidade Jurídica com fulcro na Teoria Maior Objetiva e Subjetiva.

Quanto à primeira, constata-se que o meio de prova utilizado é o que proporciona o acesso à confusão patrimonial, logo, por esse pressuposto ser um dado objetivo, a produção de prova documental é a escolhida de forma majoritária pelos tribunais.

Já em relação à Teoria Maior Subjetiva, os órgãos julgadores de 2º grau, diante da dificuldade em se investigar, de forma robusta, o abuso de direito ou a fraude intentada pelos sócios, posto se tratar de dado geralmente subjetivo, acabam por aplicar, na maioria das vezes, a medida excepcional por intermédio de presunções nas quais se baseiam em indícios que levam, de forma não retilínea, à conclusão dos aludidos pressupostos.

Ocorre que, segundo elucidado neste trabalho, o Direito Empresarial possui como princípio basilar a autonomia patrimonial das sociedades empresárias, o qual resguarda a figura do sócio ao impedir que seu patrimônio seja afetado quando ele se lança ao mercado dando azo à sociedade. É dizer, o sócio torna-se encorajado a constituir uma empresa, mesmo ciente dos possíveis dissabores comerciais, justamente pela proteção — que lhe é devida — do seu patrimônio particular.

Nesse panorama, o rompimento do véu da personalidade da sociedade empresária consiste verdadeiramente em uma suspensão, ainda que episódica, do supracitado princípio, logo se trata de medida revestida de excepcionalidade, a qual somente deve ser utilizada caso demonstrado robustamente o preenchimento dos seus requisitos autorizadores.

Sobressai-se, portanto, da análise dos precedentes e da doutrina empresarial a seguinte conclusão: os tribunais de justiça não estão se valendo das provas adequadas para decretar a Desconsideração da Personalidade jurídica nas hipóteses relativas à Teoria Maior Subjetiva. Confirma-se tal entendimento sobretudo quando se percebe que há casos que se valem do meio documental para comprovar o abuso da pessoa jurídica, o que se trata de raciocínio mais adequado.



## REFERÊNCIAS

### DOUTRINA:

BIANQUI, Pedro Henrique Torres. **Desconsideração da personalidade jurídica no processo civil**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CARVALHO, Nathalia Vernet de Borba. **A desconsideração da personalidade jurídica e o redirecionamento da execução contra os sócios**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, em 18 de junho de 2012, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: [http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2012\\_1/nathalia\\_carvalho.pdf](http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2012_1/nathalia_carvalho.pdf).

CEOLIN, Ana Caroline Santos. **Abusos na aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Empresarial**. Vol. 2. 15ª edição. São Paulo: Saraiva, 2011.

\_\_\_\_\_. **Curso de Direito Empresarial**. Vol. 2. 16ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

COMPARATO, Fábio Konder. **O poder de controle na sociedade anônima**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1983.

COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. **O poder de controle na sociedade anônima**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014.

JÚNIOR, Fredie Didier. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 1. 14ª edição. Salvador: Editora JusPODIVM, 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Manual do Processo de Conhecimento**. 3ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

\_\_\_\_\_. **Processo de Conhecimento**. Vol. 2. 7ª edição. São Paulo: Revista dos tribunais, 2008.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Simulação e prova**. Disponível em: [http://www.marinoni.adv.br/baixar.php?arquivo=files\\_/SIMULA%C3%87%C3%83O-E-PROVA1.pdf](http://www.marinoni.adv.br/baixar.php?arquivo=files_/SIMULA%C3%87%C3%83O-E-PROVA1.pdf). Acessado em 02/02/2015.

MUNHOZ, Eduardo Sechi. **Empresa Contemporânea e Direito Societário – Poder de Controle e Grupos de Sociedades**. São Paulo: ajUAREZ DE Oliveira, 2002.

NETO, Olavo de Oliveira; NETO, Elias Marques de Medeiros; LOPES, Ricardo Augusto de Castro (coord). **A prova no Direito Processual Civil**. 1ª edição. São Paulo: Verbatim, 2013.

NUNES, Márcio Tadeu Guimarães. **Desconstruindo a desconconsideração da personalidade jurídica**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

OLIVEIRA, José Lamartine Corrêa de. **A dupla crise da pessoa jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1979.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 23ª edição. São Paulo: Saraiva, 1998.

SALOMÃO FILHO, Calixto. **O novo direito societário**. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

\_\_\_\_\_. **O novo direito societário**. 3ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

SILVA, Leonardo Toledo da. **Abuso da desconconsideração da personalidade jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2014.

WARDE JÚNIOR, Walfrido Jorge. **Responsabilidade dos sócios**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

## **PROCESSOS JUDICIAIS:**

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Ementa em Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 15166/BA. Recorrente: G E G MÓVEIS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Recorrido: Estado da Bahia. Relator: Ministro Castro Meira. Segunda Turma, 07/08/2003.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão em agravo regimental nº 478.914/MG. Recorrente: Nacle Rodrigues Turquia. Apelado: BEPETROL BELO HORIZONTE PETRÓLEO LTDA. Relator: Luis Felipe Salomão. Quarta Turma, 24/04/2014.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de São Paulo. Acórdão em apelação nº 0021751-43.2009.8.26.0482. Apelante: Jacijra Leite de Azevedo. Apelado: Marildo Alberto Hogera. Relator: Spencer Almeida Ferreira. 4ª Turma Cível, 31/10/2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de São Paulo. Acórdão em apelação nº 0020497-44.2009.8.26.0576. Apelante: Geni Zanovelo Bueno. Apelado: Edson Roberto Rosolen. Relatora: Maria Lúcia Pizzotti. 20ª Câmara de Direito Privado, 03/09/2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de São Paulo. Acórdão em apelação nº 0004970-58.2008.8.26.0650. Apelante: Orlando Machado. Apelado: SM AMOREIRAS COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA. EPP (ATUAL MOVEIS E DECORAÇÕES). Relator: Francisco Occhiuto Júnior. 32ª Câmara de Direito Privado, 21/03/2013.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de São Paulo. Acórdão em agravo de instrumento nº 0003944-59.2013.8.26.0000. Agravante: Automobili Multimarcas Comercio de Veiculos Ltda. Agravado: Banco Santander Brasil S/A. Relator: Fabio Tabosa. 22ª Câmara de Direito Privado, 14/03/2013.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Paraná. Acórdão no processo nº 989467-3. Apelante: A Peres & Cia Ltda. Apelado: Petrobras Distribuidora SA. Relator: Shiroshi Yendo. 16ª Câmara Cível, 27/02/2013.

## **LEGISLAÇÃO:**

**Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

\_\_\_\_\_. Código de Defesa do Consumidor. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Código Civil de 2002.** Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.